

A CUT-ES E O MOVIMENTO SINDICAL NA DÉCADA DE 80

Antonia Colbari¹

APRESENTAÇÃO

Este estudo encerra a primeira etapa de um projeto de reconstituição da memória sindical no Espírito Santo, financiado pela CUT/ES e desenvolvido por professores do Departamento de Ciências Sociais e de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Compuseram a equipe desta etapa de pesquisa: Antonia Colbari (coordenadora do projeto); Ana Lucia Cogo (técnica de pesquisa); Cândido Ferreira Júnior (estagiário); Carmem Déa Masoco (estagiária); Luciana Ferreira Tatagiba (estagiária) e Lucinete Zucatelli (estagiária).

As fontes de pesquisa foram: arquivos dos sindicatos locais, da CUT/ES, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), da Delegacia Regional do Trabalho e entrevistas com lideranças sindicais

Nesta primeira fase, cumprimos o objetivo de organizar um banco de dados gerais sobre os sindicatos filiados à CUT/ES e produzir uma análise que resgata a trajetória sindical nos últimos dez anos no Estado do Espírito Santo, período que coincide com o processo de fundação e consolidação da CUT /ES.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela UNESP (1974), mestrado em Sociologia pela Unicamp (1981) e doutorado em Sociologia pelo IUPERJ (1992). É professora associada, nível 2, da Universidade Federal do Espírito Santo e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. Atua na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e das Organizações, desenvolvendo pesquisas principalmente nos seguintes temas: trabalho nas organizações contemporâneas; educação e qualificação profissional; empreendedorismo e cultura do trabalho.

O presente estudo alinhava as informações referentes aos eventos que marcaram a renovação sindical no Estado.

I. INTRODUÇÃO

O movimento sindical, nos estados periféricos dos grandes centros econômicos e políticos do país, apesar de não estar imune às influências da dinâmica nacional do processo de organização dos trabalhadores assalariados, assume, em cada região, identidade própria resultante da combinação dos determinantes nacionais com as especificidades locais.

Algumas características da realidade regional são decisivas na explicação da dinâmica sindical no Espírito Santo. Entre elas, o recente processo de urbanização indicado pela concentração populacional nas áreas urbanas e o predomínio do setor industrial e de serviços na geração do PIB estadual. Cabe lembrar que, no Estado, somente na década de 70 a população urbana superou a rural, totalizando 63,92% contra 45,14% na década anterior, tendência esta cada vez mais acentuada nos anos seguintes.

Outro indicador desse rápido deslocamento do eixo econômico para o pólo urbano foi a queda abrupta nas atividades do setor primário: 64,9% em 1960; 52,51% em 1970; e 34,08% em 1980; e 34,74% em 1989. Em contrapartida, os números do setor secundário, no mesmo período, foram 8,43%; 13,6%; 21,33% e 17,74%, e os do terciário 26,63%; 33,89%; 44,58% e 47,52%.²

²Esses números foram obtidos com base nas informações do Censo Demográfico do Espírito Santo (1960 a 1980) e do Anuário Estatístico do Espírito Santo (1994).

A reversão do caráter agro-exportador da economia estadual está relacionada a dois movimentos diferenciados: de um lado, a crise crônica da cultura cafeeira, responsável pela decadência econômica das regiões interioranas e pelo agravamento dos problemas sociais urbanos; de outro, a política expansionista do capitalismo monopolista cuja marca na região foi a implantação de grandes complexos industriais e de serviços: siderúrgicos (CST), paraquímico (Celulose) e ferro-portuário (estimulado pela presença das grandes unidades de pelotização associadas à exportação de minério de ferro). Aliás, um traço marcante desses complexos é o emprego de alta tecnologia e sua direção para o mercado externo.

Esse padrão desenvolvimentista firmado no setor industrial e portuário estendeu seu caráter modernizador para a agricultura e outras atividades do setor primário, cujos dados indicam aumento da capitalização, diversificação da produção, concentração da propriedade e alteração nas relações de trabalho com a crescente expansão do assalariamento em detrimento da mão-de-obra familiar.³

Apesar de o café continuar sendo o principal produto na geração de renda do setor primário, o seu processo de diferenciação e modernização, iniciado na década de 60 e intensificado na década de 80, expandiu as atividades pecuárias e aquelas vinculadas ao desenvolvimento agro-industrial (cana de açúcar e o reflorestamento com eucalipto). Verificou-se a formação de empresas rurais, a maioria destinada à exportação, e centradas na exploração de seringueira, frutas tropicais (mamão, manga, etc.) e especiarias (pimenta do reino, macadâmia e palmito). Ainda assim, a renovação do perfil desse setor não impediu a queda de sua participação na renda estadual para aproximadamente 10%.⁴

³Rocha e Morandi (1992)

⁴Idem.

No setor de serviços, além da dinamização do subsetor de transporte (ferroportuário) associado às atividades de pelletização do minério de ferro e ao perfil exportador dos grandes complexos industriais implantados no Estado, verifica-se a modernização dos bancos e do comércio, neste caso sinalizada pela presença de importantes estabelecimentos: grandes magazines, redes de supermercados, shopping center, etc.

Por sua vez, o desempenho do setor industrial fica evidente pelo Cadastro Industrial do IDEIES que registrou, em 1990, a existência de 4170 unidades produtivas gerando emprego direto de 89.298 pessoas, faturamento de seis bilhões de dólares e valor adicional de 2.3 bilhões, equivalente, portanto, a 35, 3% do PIB estadual. (SEDES, 1992)

A década de oitenta foi marcada por um processo de desaceleração contínua da atividade econômica, desenhando um cenário onde os principais componentes foram: altas taxas de inflação, crescimento da dívida externa, recessão das atividades produtivas, queda nos investimentos e a falência do Estado Brasileiro. No caso do Espírito Santo, o contraste entre a década de 70 e a de 80 é bastante acentuado: na primeira, o excepcional desempenho da economia local foi responsável pelo registro de evolução significativa do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, e pelo aumento da massa salarial que se traduziu em elevação dos padrões de consumo e da qualidade de vida; ao contrário, na década seguinte, o retrocesso na atividade econômica reverteu também esse quadro social mais favorável: os níveis de concentração de renda se elevaram, o PIB *per capita* diminuiu sinalizando queda no rendimento familiar, houve um aumento do contingente populacional abaixo da linha da pobreza e a estagnação dos indicadores sociais básicos, como taxa de alfabetização e expectativa de vida.(IJSN,1992)

Do ângulo da vida política e institucional, o período foi marcado por um fecundo processo de organização e participação política de diferentes segmentos da sociedade civil. É a idade de ouro dos chamados movimentos sociais e/ou movimentos populares, cuja contribuição foi decisiva para a renovação sindical e político-partidária no país.

Essas considerações iniciais desenham o cenário onde se situam os propósitos deste trabalho: recuperar a trajetória do sindicalismo no Espírito Santo, na última década, período durante o qual se inicia e se consolida a tentativa de implementação de um novo modelo sindical. A vitalidade do sindicalismo capixaba, nas últimas décadas, mantém estreitas ligações com o processo de desenvolvimento e de modernização, acima referido, que produziu efeitos simultâneos: aumento e concentração do operariado fabril em grandes e médias empresas, multiplicação e diversificação das oportunidades de emprego no setor de base em serviços e para as camadas médias assalariadas, e transformação das relações de trabalho no campo. Por sua vez, o agravamento da crise nos anos 80 e a densidade do movimento pela redemocratização do país foram também decisivos para essa renovação da vida sindical.

No Espírito Santo, a fertilidade sindical verificada no período pode ser atestada por vários indicadores, entre eles a criação de 41 novos sindicatos no período de 1981 a 1990, sendo 39 de trabalhadores urbanos, distribuídos nos seguintes setores: 10 na indústria, 14 em serviços e comércio, quatro em transporte e 11 de funcionários públicos. No meio rural, o momento mais fértil ocorreu no período de 1961 a 1970 quando foram fundados 21 sindicatos; na década seguinte, surgiram mais 16 novas entidades de trabalhadores rurais. (Tabela 1).

Na década de 80, medida por vários indicadores (número de sindicatos criados, volume de greves, aumento do contingente de sindicalizados, número de entidades

filiadas à CUT etc.), a vitalidade do sindicalismo está relacionada ao novo padrão de cidadania no mundo do trabalho desenhado pela Constituição de 1988 que institucionalizou as conquistas obtidas pelos setores assalariados organizados, ampliou o leque de direitos trabalhistas e políticos e promoveu a sua universalização. Não foram menos importantes nesse revigoramento do movimento sindical, as articulações e os encontros de representantes de diferentes categorias de trabalhadores, a criação da CUT/ES e as greves ocorridas na década de 80.

II. CONTEXTO SINDICAL NO FINAL DA DÉCADA DE 70

O cenário sindical no Estado do Espírito Santo começa a sofrer significativas modificações a partir do final da década de 70, em particular no ano de 1979, transformado em um marco na trajetória da renovação das práticas sindicais de trabalhadores urbanos e rurais na região.

Em âmbito nacional os sinais de contestação se tornaram mais visíveis por volta de 1973, quando crescem as pressões para a recuperação do poder aquisitivo dos salários, atingido pela recessão econômica, e para a alteração nos dispositivos da CLT que viciavam a prática sindical e limitavam a sua atuação na defesa dos interesses classistas. Esse movimento, inicialmente localizado nas grandes empresas automobilísticas concentradas na região do ABC Paulista, teve um forte poder de irradiação para várias localidades do país, o que deu forma a um novo momento na história sindical brasileira: o "novo sindicalismo" ou "sindicalismo autêntico".

O novo discurso sindical colocava na berlinda todo o sistema trabalhista gestado a partir dos anos 30 e que tinha como peça-chave a ingerência estatal nas relações de trabalho. As principais reivindicações eram: negociação coletiva entre sindicatos e empregadores sem a mediação do Estado, direito irrestrito de greve, liberdade e

autonomia sindical e organização dos assalariados no local de trabalho. Nessa postura de confronto com a estrutura sindical vigente e com a política trabalhista dos governos autoritários, o novo discurso marcava a ruptura com as práticas do sindicalismo populista ou burocrático que, aprisionado no formato oficial, não avançava na organização dos trabalhadores, demonstrando falta de agressividade na defesa dos direitos já consagrados e na ampliação da cidadania no mundo do trabalho.

O "novo sindicalismo" foi responsável por mudanças na prática sindical tanto no que diz respeito à amplitude quanto ao arsenal de reivindicações e às posturas ideológicas. A base de sustentação desse movimento foi alterada com a emergência de outros segmentos de trabalhadores na vanguarda do sindicalismo. Na fase populista, o movimento sindical esteve alicerçado nos trabalhadores em serviços, em geral vinculados ao setor público - (transportes urbanos, marítimos, portuários e ferroviários) - e outros assalariados de empresas estatais, entre eles os petroleiros. Nas décadas de 70 e 80, os protagonistas do novo impulso sindical foram os trabalhadores do setor mais dinâmico da indústria - automobilística, metalmeccânica, siderúrgica, petrolífera -, os trabalhadores do campo e assalariados de classe média.⁵ Os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, petroleiros, bancários e professores foram pioneiros na renovação e na efervescência sindical, no período, ao introduzir uma nova agenda de atuação com elaboração das propostas que demarcaram um campo ideológico de onde brotaram o modelo de organização sindical e as bandeiras de luta. O desfecho foi a criação da CUT Nacional, em 1983.

No Espírito Santo, vários acontecimentos marcam o início da renovação sindical: "lideranças combativas" assumem a direção do Sindicato dos Jornalistas e do Sindicato dos Médicos; a UPES (União dos Professores do Espírito Santo) adota

⁵Cf. Almeida, 1984.

uma postura mais agressiva na defesa dos direitos dos professores da rede pública estadual; professores e funcionários da Universidade Federal do Espírito Santo fundam suas associações (ADUFES e ASUFES, respectivamente); os grupos de oposição sindical no campo e na cidade ganham densidade material e política; e o movimento grevista tem seu reinício com a paralisação dos trabalhadores da construção civil, dos motoristas de transporte coletivo da Grande Vitória e dos professores da rede pública estadual e federal. As mudanças verificadas nas formas de organização e de ação coletiva dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que deram sustentação a uma série de articulações políticas e sindicais, foram por elas alavancadas.

II.1. As Oposições Sindicais ⁶

Os grupos de oposição sindical originam-se no decorrer da década de 70, quando alguns trabalhadores, a maioria vinculada à Pastoral Operária ou a grupos militantes de inspiração marxista, iniciam um trabalho de mobilização discreta e lutas isoladas cujo alvo era os diretores "pelegos", "atrasados" ou burocratas, que controlavam sindicatos de categorias de trabalhadores expressivas no que tange ao volume e à posição estratégica na organização do sistema produtivo.

A vinculação de grande parte dos militantes com a Pastoral Operária, que surge por volta de 1974, sob a inspiração da Teologia da Libertação, explica a orientação de aproximar movimentos populares e movimento sindical. Esse fato fazia do bairro um local privilegiado para articulação operária, e muitos integrantes de grupos comunitários se iniciam na militância sindical, atuando nos sindicatos e na formação de pequenos grupos de trabalhadores nos bairros. No bairro fomentava-se a discussão sobre questões trabalhistas e políticas e se formulavam as estratégias

⁶ As fontes consultadas sobre as oposições sindicais foram: documentos da FASE, informativo *Araçá*, *Revista do Sindimetal* e entrevistas com lideranças desse movimento

para disseminar as novas propostas e conquistar a adesão de companheiros para a militância no interior das empresas e nos sindicatos. Quanto ao discurso sindical, os temas enfatizados eram: democracia de base, autonomia sindical, organização no local de trabalho, comissões de fábrica, etc.⁷

No Espírito Santo, a trajetória dos grupos de oposição sindical é semelhante. A origem remonta ao trabalho nos bairros sob orientação da FASE, da Pastoral Operária e da Caritas, as duas últimas ligadas à Arquidiocese de Vitória. Entre 1980 a 1983 os grupos de oposição tiveram intensa atuação: mobilizaram os trabalhadores no campo e na cidade para participarem da vida sindical, estimulando sua presença nas assembleias e a apresentação de propostas para a pauta de reivindicações; atuaram na organização da comemoração do Primeiro de Maio; promoveram vários encontros e seminários; dirigiram greves (como foi o caso da oposição sindical da construção civil) e disputaram eleições sindicais.

Apesar da centralidade na luta pela mudança no modelo corporativo de organização sindical consagrado na CLT, em todos esses grupos atuantes no Espírito Santo, precocemente foi sedimentada a convicção acerca da necessidade de se encampar as lutas mais direcionadas ao cotidiano dos trabalhadores (salário, condições de trabalho, etc.) e resgatar a importância do sindicato como instrumento de luta. E mais: não encontramos na análise dos documentos do período defesa da formação de organismos paralelos: o discurso reiterava a importância de se conquistar a direção dos sindicatos oficiais visando ao avanço organizativo e político dos trabalhadores. Comprova isso o registro, a partir do final da década de 70, de um processo contínuo de vitória, em eleições sindicais, de chapas constituídas pelos grupos de oposição sindical, o que confirma a sintonia do discurso com a prática, e

⁷Cf Menezes e Sarti (1981).

torna esses episódios relevantes para a compreensão da revitalização do sindicalismo no Espírito Santo.

II.1.1 - Trabalhadores Rurais

Os grupos de oposição sindical no campo surgem por volta de 1979, desenvolvendo um trabalho de base cujo objetivo, a longo prazo, era a alteração na estrutura sindical vigente e, a curto prazo, a conquista da direção dos respectivos sindicatos do Estado.

No período de 1980 a 1982, foram realizados cinco encontros estaduais das oposições sindicais rurais do Espírito Santo, cujo temário incidia em questões específicas da organização desse segmento e sua inscrição no movimento sindical mais amplo. Os relatórios desses eventos, em linhas gerais, aprovaram um programa de trabalho que incluía as seguintes tarefas: fortalecimento dos grupos e realização de assembléias regionais; promoção de campanha de sindicalização e formação de novos grupos de oposição sindical; promoção de atividades visando à arrecadação de recursos financeiros; fundação de delegacias sindicais; reivindicação de assistência médica e fiscalização do FUNRURAL; articulação com os trabalhadores urbanos; e luta pela fixação do homem no campo. Em todos esses eventos, verifica-se a centralidade do tema das relações de trabalho no campo onde convivem pequenos proprietários e assalariados rurais.

O primeiro grupo de oposição sindical no Estado a vencer uma eleição e conquistar a direção do sindicato, foi o de trabalhadores rurais em Colatina, no ano de 1979. Esse fato se repetiu nos sindicatos rurais de Linhares, São Gabriel da Palha (1983), São Mateus, Nova Venécia (1983), Montanha, Ecoporanga, Pancas, Mantenópolis,

Itarana e Barra de São Francisco. Na avaliação da FASE, em todas essas entidades as respectivas diretorias passaram a ser compostas por "homens de roça", vinculados à base real de representação, e tendo como proposta a democratização do sindicato para torná-lo um instrumento de luta na conquista e/ou ampliação de direitos sociais para o homem do campo.

Essa renovação no campo foi rápida e se refletiu na eleição para a direção da FETAES (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo) em 1983, com a vitória de uma chapa composta por elementos provenientes dessa nova safra de sindicalistas. Apesar dos avanços políticos e organizativos nesta área, persistiam as dificuldades de mobilização dos assalariados rurais que continuavam à margem desses avanços, tanto no que se refere aos direitos básicos (econômicos, sociais e políticos) quanto no tocante à própria organização sindical.

II.1.2 - Construção Civil

O início da constituição dos grupos de oposição sindical entre os trabalhadores da construção civil ocorre por volta de 1974, estimulado pela Pastoral Operária e assessorado pela FASE. Reunidos nos bairros periféricos da Grande Vitória, esses grupos tinham por objetivo incentivar a organização dos trabalhadores nas empresas do setor, usando como forma de motivação a discussão de questões de realidade mais imediata que afligiam esse segmento assalariado. Além da questão salarial, as condições de trabalho afrontavam a dignidade do trabalhador: alimentação de péssima qualidade fornecida pelas empresas, falta de cantina, de banheiros e de água potável, etc. No início, foram formados pequenos grupos que definiam uma pauta mínima -- o ponto de partida para incrementar uma investida de mobilização nos canteiros de obra e em outras empresas do ramo e, ao mesmo tempo,

pressionar a direção do sindicato, onde um interventor exercia o cargo de presidente há 10 anos, a assumir a representação e a defesa dos interesses da categoria. As reivindicações básicas eram: jornada de 8 horas, pagamento de hora-extra, higiene e segurança no trabalho.

Ainda assim esse trabalho tinha pouca visibilidade e eficácia; as poucas manifestações que ocorreram nas empresas, até 1975, eram espontâneas e desorganizadas, através de "quebra-quebra", tal como registrado naquele ano na COVAP e na Reico.

Em 1978, a recusa das empresas em cumprir a determinação do DETRAN, que proibia o uso de caminhões para transporte de trabalhadores e tornava obrigatório o ônibus, foi o estopim de uma manifestação na Christiani Nielsen, empresa localizada em Carapina, que suspendeu o transporte gratuito. Esse episódio detonou um movimento de pressão sobre o sindicato para encaminhar as reivindicações referentes ao transporte. De fato esse enfrentamento foi pedagógico; despertou a consciência da necessidade de um sindicato com representatividade e autonomia e deslocou a reivindicação do transporte para o plano salarial. Apesar de inócuo no sentido de um resultado de ordem econômica, propiciou um expressivo saldo organizativo e político para a categoria.

Nesse mesmo ano, explodiu a questão salarial pois o sindicato encampava a proposta da empresa, esquivando-se da discussão do assunto em assembléias nas quais, graças ao esforço de mobilização dos grupos de oposição, era cada vez maior o número de trabalhadores presentes. Em uma dessas assembléias, com a presença de 300 pessoas, foi criada uma comissão encarregada de elaborar uma proposta salarial e depois encaminhá-la para a discussão com os empresários.

A questão salarial provocou a elaboração de duas propostas: a da direção do sindicato que, de fato, definia um plano de equiparação salarial, e outra, apresentada pela oposição, que estabelecia pisos salariais para três modalidades: ajudante, profissional e encarregado.

Em assembléia que contou com a presença de mais de mil trabalhadores, a proposta da oposição obteve vitória esmagadora. Esse episódio projetou os seus integrantes como lideranças de categoria e os lançou na disputa eleitoral no ano de 1979.

No decorrer da campanha eleitoral foi aprovada uma greve, à revelia do sindicato, e grandes assembléias com a presença de até cinco mil trabalhadores reafirmaram as propostas do comando de greve. Após 34 anos sem registro de paralisação no setor da construção civil no Espírito Santo, a greve de 03 a 12 de setembro de 1979 transformou-se num marco no processo de retomada do movimento sindical na região.

Apesar da intransigência patronal, a própria organização do movimento grevista e o apoio articulado de outros setores da sociedade civil significaram uma vitória para a categoria em geral e, em particular, para as lideranças do grupo de oposição sindical. Esse evento foi decisivo no resultado da eleição realizada no mês de outubro, que consagrou a vitória da chapa de oposição. A eleição foi anulada pela DRT, mas em 1980, em novo pleito, a oposição novamente saiu vitoriosa e assumiu a direção do sindicato. Era o primeiro grupo de oposição sindical urbano a conquistar um sindicato. Não pode ser menosprezado nesse percurso vitorioso, o trabalho nos bairros, no local de moradia (que tinha a astúcia de não expor ostensivamente a militância), o apoio das CEBs e de outros movimentos de periferia. A dinâmica interna desse movimento estava em sintonia com o movimento popular e com a agitação sindical que ocorria na região do ABC em São Paulo.

II.1.3 - Ferroviários

Os trabalhadores ferroviários do Espírito Santo apresentam algumas particularidades. Apesar de estarem concentrados em uma única empresa - a Vale do Rio Doce - estão geograficamente dispersos em três superintendências da empresa e/ou espalhados seguindo a linha da Estrada de Ferro. Por sua vez, a concentração em uma empresa demarca um agrupamento profissional caracterizado por acentuada heterogeneidade, incluindo várias modalidades de profissões: metalúrgicos e outras qualificações do setor de pelotização e das oficinas, trabalhadores portuários e maquinistas.

Trata-se de um segmento profissional importante na história sindical do Estado, pois constituíam um dos eixos de sustentação do sindicalismo no período compreendido entre 1930 a 1964. Atingido pela repressão desencadeada pelo regime militar, o movimento sindical ferroviário ressurgiu com a formação de um grupo de oposição à diretoria do sindicato. Em 1978 o grupo se organiza para concorrer às eleições com uma chapa formada por maquinistas - um grupo de trabalhadores de salários relativamente altos, mas sujeito a duras condições de trabalho. Nesse momento, o grupo ainda era muito reduzido, o que dificultou a composição de uma chapa "pura" sem a presença de lideranças "de perfil mais populista". Segundo relato contido nos documentos da FASE, essa composição teria comprometido a credibilidade da chapa e teria sido responsável pela sua derrota. Outros fatores que contribuíram para esse insucesso foram: inexperiência, falta de recursos financeiros e desconhecimento do mapa eleitoral dos sindicatos para avaliação do potencial eleitoral de cada urna. O resultado final da apuração, no segundo escrutínio (no primeiro nenhuma das cinco chapas concorrentes obteve a maioria dos votos), foi 44.7% para a chapa da situação e 41.4% para a oposição.

Em linhas gerais, o programa da oposição previa a maior aproximação com as bases através de reuniões mensais nos núcleos, delegados sindicais atuantes e reabertura das delegacias no interior, e ainda melhoria nas atividades assistencialistas: convênios com médicos, dentistas e farmácias.

Em 1979, esse grupo articula-se com a tendência Oposição Sindical. Em 1981, surgiu o Movimento Sindical Ferroviário (MSF) -- *O Araçá* -- como reação à derrota eleitoral que o grupo de oposição sofreu na eleição para direção do sindicato, realizada em 1980. O MSF era uma frente de trabalhadores oriundos de diversos setores da CVRD, e tinha como objetivo estimular o debate em torno dos interesses e aspirações da categoria e organizá-la para a participação na vida do sindicato. As idéias e propostas desse grupo eram divulgadas através do informativo -- *O Araçá* -- distribuído mensalmente entre os ferroviários. Em 1984, a chapa do grupo *Araçá* perdeu novamente a disputa eleitoral, o que levou os seus integrantes a intensificar o trabalho na base, formando núcleos em toda a categoria e estimulando o comparecimento dos ferroviários às assembleias. Em 1987, o movimento *Araçá* venceu as eleições e assumiu a direção do sindicato.

II.1.4 - Metalúrgicos

Até o final da década de 70 os metalúrgicos constituíam uma categoria profissional muito instável, distribuída em praticamente três empresas: COFAVI, Metalpen e CLM. Como o sindicato restringia as suas atividades ao campo assistencialista, um grupo de operários mais combativos, muitos ligados à Pastoral Operária, inicia um trabalho dentro das empresas para despertar os companheiros para reivindicação de direitos, e exigir do sindicato a realização de assembleias, reuniões, campanha de sindicalização e luta pela unificação da data-base. O grande obstáculo enfrentado

nessa batalha era a rotatividade da mão-de-obra e a perseguição das chefias e dos encarregados que procuravam identificar e demitir o "cabeça da turma".

Na eleição para a nova direção do sindicato, realizada em outubro de 1979, a Oposição Sindical Metalúrgica apoiou a chapa vitoriosa, liderada por Bento Cristo, negociando uma pauta mínima que incluía: sindicalização em massa, criação de delegacia sindical em Anchieta, luta por piso salarial, assembléia mensal e unificação da data-base na categoria. O distanciamento com a direção eleita veio logo a seguir, quando a mesma se aproximou da Federação dos Trabalhadores da Indústria, implementou uma atuação mais assistencialista, enquanto negligenciava o trabalho de base no interior das empresas. Desta forma, o trabalho de oposição se deslocou para os bairros reforçando algumas bandeiras de luta: mudança na estrutura sindical, mas divulgando o sindicato e promovendo campanhas de sindicalização; defesa das comissões de fábrica; insistência na formação de comitê de solidariedade em apoio às lutas operárias.

Em 1980 foi realizado o Primeiro Encontro Estadual das Oposições Sindicais e, neste mesmo ano, surgiu o informativo *Voz do Metalúrgico*, com circulação mensal e tiragem de três a cinco mil exemplares distribuídos nas portas das fábricas (Sindimetal, 1993).

Em maio de 1982 a oposição sindical lançou uma chapa, cujos pontos principais do programa eram: "assembléias unitárias na categoria; presença do sindicato nas portas das fábricas; aumento real de salário; e unificação da data-base do reajuste salarial" (Sindimetal, 1993). A derrota na eleição e a demissão de operários integrantes da chapa provocaram um refluxo no movimento, e o jornal *Voz do Metalúrgico* teve sua circulação encerrada. A revitalização da oposição sindical ocorreu em 1984, quando os trabalhadores da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), empresa em operação desde final de 1982, vem reforçar o movimento de

oposição. Um novo jornal foi lançado, provisoriamente chamado Informativo Metalúrgico, e depois, *Boca de Forno*, nome escolhido através de concurso entre os operários. Esse jornal tornou-se uma referência na categoria, circulando informações sobre as condições de trabalho e salariais, propagandeando bandeiras de lutas e denunciando a cumplicidade da direção do sindicato com as empresas à revelia das decisões definidas nas assembleias da categoria. A CST tornou-se o principal reduto do *Boca de Forno*. (O nome do jornal havia sido incorporado para denominação do próprio grupo de oposição). Assembleias e passeatas, greves simbólicas de cinco minutos na CST, greve real na COFAVI, disputa para composição das CIPAS foram alguns fatos que consolidaram o movimento da oposição sindical e lhes asseguraram a vitória na eleição sindical, realizada em setembro de 1988.

II.1.5 - Outras categorias

Grupos de oposição sindical em outras categorias, como comerciários, eletricitários e bancários tiveram uma trajetória semelhante aos casos acima analisados. A OS dos comerciários assume a direção do sindicato, vencendo a eleição, em 1982, com um programa voltado para questões imediatas da categoria: democracia sindical, fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, piso salarial, redução da jornada, estabilidade no emprego e remuneração com acréscimo das horas-extras.

No caso dos bancários, o grupo de oposição integrou-se na diretoria da entidade, em 1985, numa chapa de composição com outras tendências ideológicas no movimento sindical. Com a ruptura dessa aliança o grupo originado no movimento de oposição sindical lança uma chapa própria e vence a eleição realizada em 1988.

Entre os eletricitários, o grupo de oposição sindical conquistou, em 1985, a direção da cooperativa da categoria. Foi criado o grupo Energia que atuava pressionando a direção sindical a assumir uma postura mais combativa, inclusive convocando assembléias através de abaixo-assinado. O desfecho dessa atuação do grupo Energia foi a conquista do sindicato da categoria em 1987, resultado reiterado nos pleitos seguintes.

II.2- As Articulações Sindicais

A criação da Frente Sindical, em 1978, marcou a primeira tentativa de articulação de categorias de trabalhadores, no período pós-64, e envolveu as forças políticas mais atuantes no movimento sindical: os "sindicalistas autênticos independentes", a Unidade Sindical e a Oposição Sindical.⁸ Em 1979, surgiu a Intersindical, que agregava o "bloco combativo do movimento sindical" com o objetivo de alavancar mudanças na direção dos sindicatos existentes e também na própria estrutura sindical vigente.

A Frente Sindical permitiu o avanço do sindicalismo ao promover a unificação de diferentes categorias como médicos, professores da rede oficial, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, etc. e sedimentar a principal bandeira de luta do momento: o desatrelamento do sindicato do Estado. Essa Frente teve participação

⁸De acordo com matéria publicada no Jornal A TRIBUNA (09/março/82), a Frente Sindical do Espírito Santo reunia sessenta entidades e, segundo informações do Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria, a denominação Frente Sindical não era bem aceita por parcela de dirigentes sindicais, que atribuíam a sua criação a um grupo esquerdista. Por esta razão ele propunha "mudar o nome por um que seja votado por todos que se filiarem", como forma de assegurar a participação de todas as 200 entidades representativas existentes no Estado.

decisiva na realização do 1.o e 2.o ENCLAT (Encontro das Classes Trabalhadoras), respectivamente, em 1981 e 1982, e na preparação do Primeiro de Maio Unificado⁹.

Em 1980, ocorreram quatro eventos nacionais de importância decisiva para a definição das diretrizes do movimento sindical: o primeiro Encontro da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), também conhecido como Encontro de Monlevade (Fevereiro/80); o primeiro ENOS (Encontro Nacional das Oposições Sindicais), realizado em maio de 1980; o segundo encontro da ANAMPOS, também denominado "Encontro de São Bernardo (julho/80); e o ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical) realizado em setembro de 1980. Todos contribuíram para a aglutinação de militantes dos movimentos populares e sindicais e funcionaram como fórum de discussão política e de troca de experiências, acumulando um saldo organizativo e político cujo desfecho foi a criação da CUT.¹⁰

II.2.1 - A ANAMPOS

A ANAMPOS foi constituída no início de 1980, em João Monlevade (MG), por um grupo de dirigentes de movimentos populares e sindicais, que se reuniram num *encontro histórico e inédito para o período*, visando à discussão de princípios e linhas de atuação e à socialização das experiências coletivas vividas. O objetivo maior era alavancar o movimento popular de massas.¹¹

⁹SENGE-ES. Informativo nº 1, abril de 1982.

¹⁰Esses eventos nacionais foram analisados por Gohn (1991), Doimo (1984) e Rodrigues(1991).

¹¹Cf. Gohn (1991).

A ANAMPOS teve um papel importante no processo de discussão que antecedeu a fundação da CUT, pois foi, durante certo período, o fórum por excelência de discussão, troca de experiências e até mesmo de articulação dos sindicatos que estavam reunidos na CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.

O processo de desenvolvimento da ANAMPOS pode ser dividido em três fases : de 1979 a 1983, culminando com a criação da CUT; de 1983 a 1989, quando foi criada a PRÓ-CENTRAL de Movimentos Populares; a partir de 1989, inicia-se a terceira fase, visando à construção de uma central dos Movimentos Populares (Gohn, 1991).

Em sua primeira fase (1979 a 1983) mais voltada para o movimento sindical, a ANAMPOS realizou quatro encontros nacionais: o *Encontro de Monlevade*, em fevereiro de 1980, de onde saiu o *Documento de Monlevade*; O *Encontro de São Bernardo*, realizado em Taboão da Serra, em julho de 1980, de onde saiu o *Documento de São Bernardo*; o *III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (ENAMP)*, em Vitória , em junho de 1981, de onde saiu o *Documento de Vitória*; e o *IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS)*, realizado em Goiânia em junho de 1982, de onde saiu o *Documento de Goiânia*.¹²

II.2.1.1 - O Encontro de Monlevade

Esse encontro, convocado pelo sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, contou com a participação de vinte e oito representantes de várias entidades: sindicatos,

¹²Idem.

grupos de oposição sindical, lideranças dos movimentos populares da cidade e do campo e Pastoral Operária.¹³ Segundo Rodrigues (1991, p.17)

(...) Essa junção de sindicalistas com ativistas de movimentos sociais não é comum na história do sindicalismo. (...) No nosso caso ela se explica diretamente pela atuação de intelectuais militantes ligados à igreja. Entre estes, cumpre citar Frei Beto, que teve papel relevante na aproximação dos "autênticos" com os movimentos sociais e no encaminhamento dos militantes católicos para o PT.

O *Encontro de Monvelade* estabeleceu alguns princípios básicos ligados à luta por: *democratização da estrutura sindical*, substituição da CLT por um Código de Trabalho; contrato coletivo; liberdade e autonomia sindical, preservando-se o princípio da unidade sindical; negociação direta entre patrões e empregados; eliminação das restrições ao direito de greve. Recomendou o estabelecimento de mecanismos de consulta, de troca de experiência e de reunião, o que seria o *embrião de uma futura organização Inter-Sindical* ampla, agrupando sindicatos urbanos e rurais e associações ligadas aos movimentos sociais sob a influência da Igreja.

Apesar das proposições finais do encontro apresentarem um caráter sindical, algumas conclusões gerais sinalizavam o referencial ideológico-político de grande parte de seus participantes: a desconfiança em relação ao jogo político-partidário e a subestimação dos canais institucionais, em particular da esfera parlamentar, na mudança social, e a crença numa possível auto-suficiência das organizações de

¹³O "Encontro de Monvelade" foi o segundo encontro de trabalhadores realizado no ano de 1980. O primeiro foi o Encontro das Oposições Sindicais, que discutiu a realização do ENTOES - I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical.

base como forma de assegurar o atendimento das exigências dos trabalhadores rurais e urbanos .

II.2.1.2 - O Encontro de São Bernardo

No mesmo ano, no mês de julho, foi realizado o *Encontro de São Bernardo*, em Taboão da Serra (SP).¹⁴ No final do evento foi divulgado o *Documento de São Bernardo* assinado por cinquenta representantes de sindicatos, pastorais, movimentos de bairro, etc. Segundo Doimo (1984) os vinte e três representantes dos movimentos sociais, direta ou indiretamente estavam ligados à igreja, sendo doze representantes de pastorais (operárias ou de terra) e de comunidades eclesiais de base.

Na visão de Maria da Glória Gohn, a ênfase dos debates esteve nos movimentos populares, ainda que o foco central continuasse nos sindicatos. Os movimentos populares eram definidos como *todas as formas de mobilização e organização das pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como no campo*. Nesta concepção o movimento sindical era parte do movimento popular.

O documento final, comparado com o do encontro anterior, apresentava um conjunto mais amplo e mais radical de reivindicações: 1) luta pela posse da terra unificando ações entre os dois segmentos da classe trabalhadora - urbano e rural; 2) autonomia do movimento popular em relação aos partidos (independência entre luta partidária e luta sindical); 3) nova estrutura sindical em consonância com a Convenção 87 do

¹⁴O nome Encontro de São Bernardo deveu-se ao fato de o evento estar programado para ser realizado na cidade de São Bernardo, o que não ocorreu devido à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos da referida cidade.

OIT; 4) organização das lutas partindo dos locais de trabalho, passando pelos bairros e culminando nos sindicatos; 5) formação de intersindicais reunindo trabalhadores urbanos e rurais e a criação de uma central única de trabalhadores; 6) reforma agrária, contrato coletivo de trabalho, direito de greve, etc.¹⁵ Nesse encontro já se aventava a necessidade de um partido político enraizado nos movimentos populares e cujo norte fosse a tomada do poder a serviço de uma sociedade sem classes.¹⁶

Paralelamente a essa articulação (ANAMPOS), que reunia o sindicalismo autêntico e os movimentos populares sob influência da Igreja Católica, ocorriam outras tentativas de agrupamento de correntes ideológicas atuantes no meio sindical: - as Oposições Sindicais. O primeiro congresso da Oposição Sindical Metalúrgica foi o Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS). Até então essa articulação preservava a forma de organização exclusiva das oposições; excluía os autênticos e caminhava no sentido de criar uma coordenação do movimento sindical, uma espécie de central paralela à estrutura oficial do sindicalismo.¹⁷ No último encontro denominado ENOS, realizado em maio de 1980, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo avaliava que *as oposições sindicais acumularam bastante experiência de luta contra a estrutura sindical vigente e pela organização independente dos trabalhadores*.¹⁸ Por essa razão a articulação desses grupos no âmbito nacional era importante para fortalecer o ENTOES (*Encontro Nacional de Trabalhadores em Luta contra a Estrutura Sindical*) que reuniria as oposições sindicais e os setores combativos do movimento sindical. Nesse momento, em São Paulo, a maior parte dos autênticos havia se desligado da Unidade Sindical.¹⁹

¹⁵Doimo (1984).

¹⁶Sarti e Menezes (1981).

¹⁷Idem.

¹⁸Cf. Jornal *Luta Sindical por um sindicato livre*, ano V, n.o 16, maio/80. São Paulo

¹⁹Cf. Sarti e Menezes (1981).

II.2.2 - O ENTOES²⁰

O ENTOES foi uma articulação sindical que congregou inicialmente o movimento das oposições sindicais, de várias categorias do País, que se mobilizaram para unir o movimento sindical na luta contra a estrutura sindical vigente e discutir a criação de uma Central Sindical. Porém, o ENTOES não se limitou às oposições sindicais. Foi mais abrangente e, logo no início do seu processo de organização, foi aprovada a participação de *todos os setores combativos do movimento sindical*, no evento que passou a ser denominado de Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical.²¹ Este Encontro se realizou em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, e contou com a participação estimada em quatrocentos e vinte pessoas, incluindo delegados, convidados, imprensa e trabalhadores de apoio.²²

O ENTOES propunha-se agregar *"todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente"*, e assim, a *"somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre e democrático"*.²³

Apesar de várias tendências presentes no movimento sindical, a principal clivagem entre os sindicalistas presentes situava, num pólo, os "autênticos", que defendiam uma intervenção unificada dos setores "combativos" para preparar uma CONCLAT

²⁰As informações sobre o evento foram extraídas de documentos elaborados pelo ENTOES, de alguns jornais das "Oposições Sindicais" e da literatura sobre sindicalismo no Brasil.

²¹ENTOES, *o que é?*, Setembro de 1980, Rio de Janeiro, mimeo. p.5.

²²O encontro nacional foi precedido de encontros preparatórios em cada estado - os chamados "encontros regionais".

²³ENTOES, *o que é?*

firmada nas bases sindicais já existentes; no outro pólo, estavam as oposições que propunham a formação de uma estrutura sindical paralela à oficial, posição esta mais fortemente defendida por grande parte da delegação de São Paulo. Essa clivagem acabou por fortalecer a aproximação das oposições sindicais com os grupos dos sindicalistas "independentes" e o rompimento desse novo bloco com a tendência Unidade Sindical. O novo arranjo envolvendo as oposições sindicais e o até então chamado "grupo dos autênticos" desenhou a configuração decisiva para a fundação da CUT.²⁴

II.2.2.1. - ENTOES - Regional Espírito Santo

O ENTOES estadual foi realizado no dia seis de julho de 1980, em Vitória, e organizado pelo "movimento das oposições sindicais" no Estado. Porém, não se limitou aos ativistas desses grupos. O encontro era aberto a "grupos de trabalhadores, associações profissionais, oposições sindicais ou diretorias sindicais", devendo os interessados seguir os seguintes passos: convocar publicamente a categoria para a discussão e aprovação das teses, elegerem delegados e elaborar propostas para o Encontro Nacional.²⁵

A participação das categorias e sindicatos neste Encontro pode ser analisada no ângulo das teses apresentadas por grupos de Oposição Sindical: Trabalhadores na Construção Civil, Comerciantes, Bancários, Trabalhadores Rurais de Colatina e Metalúrgicos.²⁶ A tese apresentada pela Comissão Nacional de Entidades Livres

²⁴Menezes e Sarti (1991) e Rodrigues (1991).

²⁵Documento *Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical - Disposições Gerais*, p. 1.

²⁶Documento: *Teses para o I Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical*. mimeo.

fornevia o referencial geral para o evento destacando dois pontos: a proposta partidária e a crítica à Unidade Sindical. O objetivo do encontro era fortalecer o *anseio de unidade e independência, a necessidade de acabar com o **sindicato corporativo**, de conquistar sindicatos livres, de construir uma **central sindical independente** e de organizar um **partido de classe***. As críticas à tendência *Unidade Sindical* recaíam na sua proposta de construção de um *aparelho sindical de cúpula*, incorporando os sindicatos oficiais existentes.²⁷

No seu conjunto, as teses apresentavam análises e propostas com muitos pontos de semelhança, destacando o papel do sindicato e das oposições sindicais. Um aspecto consensual era a necessidade de se evitar a criação de sindicatos paralelos e canalizar os esforços para o aproveitamento do espaço das entidades existentes, estimulando o trabalho de base e promovendo campanha de sindicalização e campanha salarial.

A tendência ao paralelismo de certos grupos de oposição, que conduziam o movimento por fora do sindicato, mereceu uma crítica mais enfática na tese apresentada pelos bancários. Nessa tese, os acontecimentos no ABC paulista indicavam outra postura diante da estrutura oficial. O movimento grevista naquela região fortaleceu um novo setor no movimento sindical - os chamados *sindicalistas autênticos* -, que assumiram as greves desencadeadas através de um amplo trabalho de base. Essas greves, por sua vez, projetaram lideranças com representatividade nacional, como o caso de Lula. Esses fatos estimularam, em alguns setores de oposição sindical, uma avaliação crítica de sua postura de se constituir como *uma forma alternativa, em relação aos sindicatos, organização*

²⁷Idem.

independente para o movimento, pois os sindicatos ainda são o referencial para a classe trabalhadora enquanto sua entidade de classe e seu órgão de luta.

Por outro lado, existia a constatação, na prática, de que a estrutura sindical vigente constituía um entrave ao avanço organizativo da classe trabalhadora e à sua luta pela conquista de direitos, pois permitia intervenção do Estado nos sindicatos, estimulava o assistencialismo, mantinha o Imposto Sindical e o Estatuto Padrão, etc. A conclusão da tese era que: *mesmo nestas circunstâncias há a possibilidade de se desenvolver um amplo trabalho de massas partindo da vida sindical. Deve-se ocupar todo o espaço da vida sindical (...).*

Nessa mesma linha, a tese dos trabalhadores da Construção Civil reforçava a importância de sindicatos como organismo de luta por direitos trabalhistas:

Os trabalhadores devem se unir no sindicato, para lutarem por melhores salários, piso salarial, estabilidade no emprego, direito de greve, etc. (...) é tarefa da Oposição Sindical e de todos os trabalhadores da Construção Civil participarem ativamente no sindicato e se organizar dentro das empresas. Devemos ganhar o sindicato e torná-lo um sindicato combativo e ser a verdadeira unidade de luta.

Além de recomendar a ação coletiva dos assalariados por dentro do sindicato, esta tese menciona a criação da CUT, uma proposta também presente na tese dos Bancários e dos Metalúrgicos.

Uma Central Única dos Trabalhadores conseguiria reunir a força da massa trabalhadora. Esta Central deverá ser livre, desatrelada do controle do Estado, deve ser organizada e dirigida pelos próprios trabalhadores "... é

tarrafa de todos nós, trabalhadores, lutar juntos para acabar com a estrutura de sindicato atrelado ao Estado e construímos um sindicato livre, autônomo, e lutar pela unificação de todas as categorias. (Construção Civil)

A tese dos Metalúrgicos, entre outros aspectos já mencionados nas teses anteriores, apresentava propostas efetivas de mudança na estrutura sindical: eliminação do Imposto Sindical, viga-mestra da estrutura sindical, que gera o "comodismo" e mantém o "pelego"; eliminação do Estatuto Padrão e sua substituição por outro elaborado pelos trabalhadores; ampliação da diretoria do sindicato para melhor distribuir as tarefas sindicais, havendo para cada quinhentos trabalhadores um representante sindical; rodízio dos trabalhadores liberados no sindicato; sindicalização em massa, proporcionando maior participação da categoria na vida sindical; estabilidade para o delegado sindical cuja função é divulgar as informações e discutir os problemas da fábrica; participação nas eleições sindicais elegendo diretorias mais representativas das bases; reivindicação de data-base unificada e piso salarial; estabilidade no emprego, etc.

A tese dos trabalhadores rurais de Colatina destacava-se pelas bandeiras de luta relacionadas à realidade específica do campo: uniformização dos direitos do trabalhador da cidade e do campo; (cumprimento das leis já existentes; melhores preços para os produtos) *terra para quem nela trabalha*; incentivos para o homem do campo; assistência médica gratuita, incluindo cirurgia; auxílio doença; indicação pelos trabalhadores dos médicos do FUNRURAL e da Fundação Hospitalar.

II.2.3. - Novamente a ANAMPOS

Em junho de 1981, foi realizado o *III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (ENAMP)*, em Vitória (*Documento de Vitória*); e, em junho de 1982, o *IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS)*, em Goiânia (*Documento de Goiânia*). Todavia há que se reconhecer que essa articulação estava sendo atropelada pela tendência, verificada desde o Encontro de Vitória, de se concentrar energia no campo estritamente sindical. A realização dos ENCLATS estaduais e do I CONCLAT, nesse mesmo ano, demarcava um território específico para o movimento sindical, independente do movimento popular. Em 1983, com a fundação da CUT, a ANAMPOS tornou-se uma articulação exclusiva dos movimentos populares.²⁸

II.2.4. O I ENCLAT-ES

O primeiro Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT-ES) realizou-se em Vitória, nos dias 1 e 2 de agosto de 1981, contando com a participação de 194 delegados, representantes de 28 sindicatos, associações e categorias profissionais.

O I ENCLAT-ES deveria preparar os temas que seriam apresentados pelos delegados dos trabalhadores capixabas na CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, convocada para agosto de 1981 no Estado de São Paulo. Os objetivos do encontro estadual eram: a discussão sobre as condições de vida, trabalho e salário na cidade e no campo; a definição de posições unitárias e as formas de luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses; e o avanço nas

²⁸Rodrigues (1991) e Gohn (1991).

formas de organização dos segmentos assalariados visando a adequar o movimento sindical unitário à nova realidade política, social e econômica.²⁹

Quanto à organização sindical, as reivindicações mais ressaltadas eram a liberdade e a autonomia para os sindicatos e entidades pró-sindicais; repudiava-se a estrutura vertical e corporativista vigente e defendiam-se novas formas de organização e mobilização da classe trabalhadora. O Estatuto da Terra foi considerado um dos principais entraves à organização dos trabalhadores do campo, sendo aprovada, por unanimidade, a urgência de uma reforma agrária radical e um salário mínimo real e unificado em todo o país para os trabalhadores urbanos e rurais. Reconhecia-se a importância da Frente Sindical que congregava vinte e quatro entidades sindicais, como uma das *ferramentas capazes de promover a ação unitária entre duas ou mais categorias e conscientizar os trabalhadores para a necessidade de um sindicalismo NOVO, horizontal e democrático*.³⁰

A proposta de articulação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), pressupunha uma discussão entre todos os trabalhadores, e a criação de uma Comissão Pró-CUT cumpria essa finalidade: difundir e discutir nos sindicatos ou diretamente com os trabalhadores a proposta de uma central sindical unificada.

A carta do 1º ENCLAT condenava a *política salarial e econômica do Estado capitalista brasileiro* e exigia a participação dos trabalhadores nos órgãos colegiados que formulam a política econômica e financeira do País e na administração dos Fundos Sociais. Outras propostas aprovadas foram: uma racionalização na política habitacional com a participação dos trabalhadores na administração, o congelamento de aluguéis e o estabelecimento de preços para os gêneros de

²⁹Regimento Interno do 1º ENCLAT-ES.

³⁰Carta do 1º ENCLAT.

primeira necessidade; exigia-se revogação imediata da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa, da Lei de Greve e demais leis contra a liberdade de organização e manifestação da Classe Trabalhadora; defendia-se a extensão do direito de voto aos maiores de dezoito anos sem nenhuma restrição e a anistia a todos os enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Por último, cabe mencionar a aprovação da moção de repúdio à implantação de usinas nucleares no Espírito Santo, um assunto que agitava a opinião pública local naquele momento.

Na sessão de encerramento do Iº ENCLAT foi aprovada a realização de um Dia Nacional de Luta como etapa preparatória para a deflagração de uma Greve Geral em todo o país. Recomendava-se, também a discussão ampla das formas de participação dos trabalhadores na luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte *legítima, democrática, livre e soberana*.

Impregnados por um referencial simbólico e por uma herança cultural adquiridos nas experiências religiosas e reivindicatórias, compartilhadas na vida comunitária, os participantes do Iº ENCLAT ressaltavam as virtudes que garantiriam as possibilidades de mudança do modelo sindical:

Com a realização do ENCLAT na mais perfeita ordem e espírito de fraternidade e comunhão de interesses, a classe trabalhadora do Espírito Santo demonstrou um grande grau de consciência e de organização que permite acreditar no **surgimento de um novo tipo de sindicalismo**. Um sindicalismo democrático, que começa a romper na prática a estrutura hierárquica e vertical de um modelo sindical importado para o Brasil 50 anos atrás.³¹

³¹ *Idem*.

II.2.5. - II ENCLAT - ES

O II Encontro da Classe Trabalhadora do Espírito Santo - IIº ENCLAT-ES - foi realizado nos dias 19 e 20 de junho de 1982, reunindo 300 representantes dos trabalhadores de 28 entidades do Estado.³²

O Regimento Interno do encontro definia o seguinte temário: a questão nacional e o avanço das lutas da Classe trabalhadora; a fundação da CUT democrática, independente do Estado e organizada pela base; movimento sindical, organização da Comissão Pró-CUT Estadual, substituindo a Frente Sindical; a questão internacional.

As matérias publicadas na imprensa sobre o assunto destacavam as discussões em torno da criação da CUT. Esse era o divisor de águas, até porque a partir de então seria definida a questão do adiamento ou não da CONCLAT, bem como o seu caráter - conferência ou congresso. Sobre a questão o jornal A Gazeta noticiava o seguinte:

Alguns delegados do ENCLAT opinaram, ontem, que a proposta de criação da CUT ainda este ano não deverá ser aprovada pelos trabalhadores do Espírito Santo. Outra corrente que defende argumento contrário admitiu que esta possibilidade é difícil de se concretizar. De um lado aqueles que não são favoráveis à tirada da CUT este ano e argumentam que, se isto vier a ocorrer, "a entidade virá a reboque dos trabalhadores e não será o resultado das lutas e da organização sindical no Brasil". Os que defendem a CUT este ano argumentam que a entidade, se criada, "terá condições de direcionar as lutas e a organização dos trabalhadores a nível nacional, representando um

³²Entre os delegados inscritos no evento, 66 pertenciam às diretorias das entidades e 138 eram provenientes das bases. *A Tribuna*, 20/06/82.

avanço no movimento sindical". (...) Além disso, os delegados no ENCLAT discutem, até logo mais, o desemprego, reajustes salariais, o pacote da Previdência Social e maior participação do funcionalismo nas conferências nacionais dos trabalhadores. (**A GAZETA**, 20/06/82)

No dia seguinte, matéria no mesmo jornal noticiava:

(...) os delegados do IIº ENCLAT elegeram, ontem, a diretoria da Comissão Estadual Pró-CUT, que agora passa a ocupar as funções da Frente Sindical do Estado, que foi extinta (...) Uma das decisões mais importantes da reunião foi a criação da Comissão Estadual Pró-CUT, cuja carta de princípios defende lutas "contra os regimes baseados na exploração e opressão, apoiando todos os povos que lutam por sua libertação, a defesa da estrutura sindical desatrelada do Estado e autônoma em relação a todos os partidos e entidades religiosas, a luta pelo direito universal de greve e a luta contra o desemprego".³³

No conjunto das teses apresentadas, algumas foram mais destacadas pela imprensa local: a tese referente à participação do funcionalismo público nos encontros e conferências nacionais de trabalhadores, cujo ponto central atacava a proposta de se limitar ao mínimo a participação dos representantes dos funcionários públicos na CONCLAT; a tese Estatuto da CUT Estadual, apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares; a tese Situação da Mulher Técnica de Segundo Grau no Mercado de Trabalho, apresentada pela Associação profissional dos Técnicos Industriais e Agrícolas do Espírito Santo.

Em linhas gerais o conteúdo doutrinário e as propostas embutidas nas teses repetiam o Iº ENCLAT, apenas acrescentando demandas específicas tais como a

³³ A GAZETA, (21/06/82).

regulamentação das profissões técnicas e a organização de uma Seção do DIEESE no Espírito Santo.

Apesar da homogeneidade nas propostas efetivas de caráter trabalhista, social e político, neste encontro emerge de forma mais específica o confronto de duas posturas ideológico-políticas presentes no movimento sindical no Espírito Santo. De um lado as oposições sindicais e os autodenominados *Independentes do PT*, que propunham a transformação da Frente Sindical em Comissão Estadual Pró-CUT e a fundação da CUT no próprio CONCLAT, a ser realizado no mesmo ano. Nesse bloco a tese dos trabalhadores rurais de Linhares já apresentava o *Estatuto da CUT*, cujos pontos mais importantes eram:

[A CUT]... É a organização de todos os trabalhadores organizados em Sindicatos, Federações e Associações Profissionais, que aceitam e praticam os princípios deste estatuto....que tenham a liberdade e democracia como fundamento da atividade sindical e tenham como objetivo fundamental a unidade organizativa do movimento sindical.

Do outro lado encontramos as teses mais identificadas com a corrente Unidade Sindical, que teciam severas críticas à Frente Sindical do Espírito Santo, questionando sua representatividade, sua *sectarização e partidarização*, e defendendo sua substituição por uma Coordenação Intersindical do Espírito Santo, reunindo sindicatos, associações profissionais de caráter pré-sindical, federações e confederações. Trechos das Teses *Por uma Linha Sindical Justa*, e *Por uma Intersindical Combativa, Unitária e Independente* e de um documento intitulado *Análise Crítica da Realização e das Decisões Tomadas no IIº ENCLAT-ES* ilustram os focos de divergências entre a Unidade Sindical e o bloco das Oposições Sindicais e de setores intelectuais do PT:

A Frente Sindical hoje, sem sombra de dúvidas, vive a pior fase desde a sua criação (...). Desorganização; diminuição de representatividade; partidarização; relacionamento sectário em relação a muitos dirigentes sindicais ditos atrasados; pequena capacidade de interferência política na realidade. Esse é, em curtas e grossas palavras, um retrato do que é hoje a Frente Sindical.

Desse elenco de críticas, a mais fundamentada referia-se à falta de representatividade da Frente Sindical.

Em nosso Estado temos cerca de 100 sindicatos de trabalhadores, além de inúmeras associações profissionais. Participando desse IIº ENCLAT sem contar os sindicatos de trabalhadores rurais, temos apenas seis sindicatos (Construção Civil, Médicos, Jornalistas, Odontólogos, Engenheiros e o de professores). E mesmo estas categorias demonstram uma grande desmobilização. As assembleias preparatórias para o ENCLAT não conseguiram tornar-se um fato político destacado em nossa conjuntura...

A perda da representatividade da Frente Sindical era atribuída aos seguintes motivos: 1) funcionamento irregular, pois não conseguiu envolver os dirigentes sindicais das maiores e mais importantes categorias profissionais do Estado; 2) distanciamento de alguns dirigentes sindicais que dela participaram inicialmente (em particular, Bancários e Metalúrgicos); 3) ausência, nas últimas reuniões, até dos participantes do IIº ENCLAT; 4) perda do caráter de Intersindical formada por entidades, pois aglutina, com o mesmo peso, sindicatos, associações profissionais de caráter pró-sindical e agrupamentos de trabalhadores ditos de base, em particular as Oposições Sindicais. Mencionava-se, também, o clima de agressividade da

Frente em relação aos dirigentes sindicais ligados à DRT (Delegacia Regional do Trabalho), o que excluía da articulação entidades fortes e representativas, tais como: portuários, bancários, eletricitários, comerciários, grande parte dos trabalhadores rurais, etc. Essa avaliação destacava a hegemonia exercida pelos trabalhadores rurais participantes do evento, cuja presença aumentava significativamente graças ao trabalho realizado pela Igreja no interior. Afirmava o autor da tese: "Trazendo consigo uma política de posições fechadas votam em bloco com poder de decidir o rumo que deverá ser seguido pelo movimento sindical em nosso Estado..."

O relatório final do IIº ENCLAT aprovou um Plano de Lutas com os seguintes pontos: 1) luta contra o desemprego e pela estabilidade no emprego; 2) Campanha salarial conjunta; 3) luta pelo direito de terra e moradia; 4) Investimentos públicos que atendam as necessidades básicas da população; 5) Direitos iguais para todos os trabalhadores; 6) Liberdade sindical; 7) Política Agrária; 8) luta pelo reconhecimento de representação sindical (delegados sindicais, comissões de fábrica). Outras propostas incluíam a criação do Escritório Regional do DIEESE, eleição direta nas federações e confederações, ensino público e gratuito, aposentadoria aos 55 anos com salário integral, etc.

II.2.6. O III ENCLAT

O IIIº ENCLAT-ES realizado nos dias 27,28 e 29 de maio de 1983, em Vitória, foi convocado pelo Conselho Diretor da Comissão Estadual da Pró-CUT/ES.³⁴

Participaram do evento 223 delegados representantes das Federações, Sindicatos, Associações Profissionais pró-sindicais, Entidades de Servidores Públicos e de Aposentados. Os objetivos do IIIº ENCLAT eram: 1) discutir amplamente as

³⁴O Conselho Diretor da Comissão Estadual da Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) era composto por 23 integrantes eleitos no IIº ENCLAT de 1982.

condições de vida, de trabalho e salário dos trabalhadores da cidade e do campo; 2) fixar posições unitárias e as formas de lutas dos trabalhadores na defesa de seus interesses; 3) avançar nas formas de organização dos trabalhadores, visando adequar o movimento sindical unitário à atual realidade política, social e econômica.

No conjunto das teses localizadas nos documentos sobre o IIIº ENCLAT destacam-se os seguintes temas:

1. Crítica à Comissão Pró-CUT do Espírito Santo, enfatizando a sua incapacidade de realizar as tarefas práticas e políticas, de "garantir a discussão de várias propostas e idéias existentes no sindicalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, proporcionar a mais ampla democracia para que todos se sintam motivados a encaminhar as propostas pela entidade". As críticas quanto à falta de unidade e o imobilismo estendiam-se também à Comissão Pró-CUT Nacional;

2. Ênfase na necessidade de não se adiar a fundação da CUT, que deveria ser *independente, pela base, unitária, democrática e combativa*, para alavancar o processo de mudança na estrutura sindical e centralizar a direção das lutas dos trabalhadores;

3. organização de uma greve geral de trabalhadores como *forma de protesto mais radical* para a conquista das principais reivindicações dos setores organizados da sociedade;

4. (Reivindicações econômicas e sindicais como: fim do arrocho salarial, derrubada do Decreto lei n. 2.024 que impedia aumentos reais de salário) seguro desemprego, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, direito de greve, salário desemprego, congelamento de aluguéis e dos preços dos gêneros de primeira necessidade;

5. Reivindicações de caráter político: eleições diretas para presidente da República, o fim da LSN (Lei de Segurança Nacional), rompimento com o FMI, liberdades políticas, Política Habitacional, Política Educacional e Política de Saúde Popular.

6. análise de conjuntura econômica caracterizada pelo arrocho salarial , recessão econômica e desemprego, cujos desdobramentos incidiam no ímpeto de luta, promovendo o refluxo do movimento sindical.

O relatório final do IIIº ENCLAT incorpora as críticas dirigidas à comissão Pró-CUT/ES: incapacidade de atuação e de mobilização e representatividade precária, pois poucos eram os sindicatos urbanos a ele filiados. O plano de lutas aprovado nesse encontro incluía as seguintes questões:

1. Realização de assembléias estaduais, municipais ou regionais para discutir a greve geral e a criação dos comitês de luta contra o desemprego e o arrocho salarial. Essas mobilizações deveriam ser convocadas pela coordenação da Pró-CUT, mas deveriam incorporar também partidos políticos, entidades civis, movimentos de bairro, etc.;

2. Política Habitacional: estimular os mutuários do SFH a não pagarem as três prestações após o reajuste como forma de pressionar o governo a rever a política habitacional;

3. Reivindicações dos Funcionários Públicos: reajuste semestral, direito de sindicalização e décimo terceiro salário, remessa ao congresso para ampla discussão do Estatuto do Servidor Público.

As novas bandeiras de luta aprovadas, já que as do congresso anterior foram mantidas, referiam-se à: Política Salarial, Política Agrária e Agrícola, Política

Nacional de Saúde e Previdência Social, Liberdades Políticas e Sindicais, Política Habitacional e Política Educacional.

No IIIº ENCLAT foi apresentado o Estatuto da CUT-ES, cujo artigo 2 -- *Uma Sociedade Sem Exploração e Democrática* --, explicitava a orientação político-ideológica predominante na articulação que conduziu o processo de criação da CUT. Afirmava o referido artigo:

"A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado."

Esse Estatuto, que era mais uma declaração de princípios do que um conjunto de regras ou de normas, propunha ainda a Unidade de Classe, Unidade de Ação, Liberdade e Autonomia Sindical, Unidade com os Movimentos Populares, Independência da Classe Trabalhadora, Solidariedade Internacional, Comissões de Fábrica e/ou Empresa. O artigo 12 CUT definia os objetivos da CUT: *dirigir, orientar e coordenar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo, de empresas públicas e privadas, ativos e inativos em defesa dos seus direitos e reivindicações de caráter político, social e trabalhista*. Como forma de luta previa ações diretas de massa (greves, paralisações, "tomadas coletivas de terra" etc.), denúncias e formas de pressão através de meios de comunicação e, por último, a ação legal mediante os trâmites jurídicos e administrativos cabíveis. Os artigos finais do Estatuto se referiam à Constituição das instâncias da CUT: plenárias, congressos, Direção Estadual.

Os ENCLATs marcavam um outro momento na retomada do movimento sindical no Estado: evidenciavam a sedimentação de novas idéias e novas perspectivas que lhe asseguravam uma gradativa autonomia em relação aos movimentos populares. Há que se ressaltar, no entanto, a persistência dessa herança durante algum tempo. No campo estritamente sindical, o confronto com a tendência *Unidade Sindical* representava tanto a postura de descontinuidade com os movimentos sociais da década de 60 quanto a insistência em minar a influência do Partido Comunista e do trabalhismo - forças políticas que resguardavam alguns espaços no sindicalismo local. Na década de 60, comunistas e trabalhistas foram as principais forças políticas atuantes no movimento sindical estadual, em cuja vanguarda esteve os ferroviários, bancários, trabalhadores da orla marítima e eletricitários.³⁵

Na década de 70 e início da seguinte, os movimentos sociais, entendidos em uma acepção mais abrangente, tinham sido inspirados por uma orientação ideológico-simbólica de matriz comunitária na qual era forte a presença da Igreja Católica, em particular da Teologia da Libertação; era ela a principal fonte de inspiração das CEBs, espaço onde fermentavam as iniciativas de organização da população em torno de demandas sociais e políticas. Nesse período, os movimentos populares alavancaram o movimento sindical: forneceram os quadros de militantes e o arsenal de idéias, valores e símbolos, um repertório que nutria a formulação dos discursos e a eleição das bandeiras de luta em torno das quais se constituíam os grupos de oposição sindical. Em situações de greve essa convivência facilitou o acionamento de uma rede de solidariedade para angariar apoio material e moral aos grevistas.

A presença da matriz cultural comunitária reforçava alguns traços do discurso sindical - a ênfase nos ideais de solidariedade, pontuados pelo sentido cristão, ideal coletivista e a desconfiança e/ou negação da política. Esses sinais estavam mais

³⁵Sobre o movimento sindical no Espírito Santo nos anos 60 ver Tosi, A., Colbari, A. & Alves, W.B. (1994).

próximos de um padrão de relações mais pessoal e afetivo. Cabe lembrar que os ideais de solidariedade e de ajuda mútua fazem parte da cultura da classe operária. As sociedades de auxílio mútuo, para o enfrentamento de doenças e outros infortúnios, foram os embriões dos primeiros sindicatos criados no Brasil.

Fatores de ordem política e institucional não podem ser desconsiderados na explicação da predominância dos movimentos comunitários na década de 70, motivados pelas carências urbanas e pela desatenção do poder público em relação a elas. Enquanto a tutela do Estado sobre os sindicatos, durante o regime autoritário, dificultava as práticas coletivas referentes ao mundo do trabalho e limitava a vida sindical ao funcionamento dos aparatos jurídico e assistencial, os movimentos comunitários emergiram, não exclusivamente, mas com mais força entre os moradores da periferia. Capitalizavam as demandas difusas da população das áreas urbanas periféricas e, conseqüentemente, criavam espaço para a emergência de novos atores políticos. Assim ganha força o argumento de que as restrições impostas pelo regime autoritário às práticas sindicais desviaram o potencial conflitivo inerente às condições de vida e de trabalho para um sistema de resistência fora das fábricas. Também não podem ser menosprezadas, na tentativa de entendimento da vitalidade dos movimentos populares, no período, a identidade simbólica e a unidade de ação herdadas das CEBs que interagiam nos bairros com pequenos grupos organizados - mães, jovens, idosos, time de futebol, etc.

O avanço das ações na defesa da abertura política e a repercussão nacional das greves do ABC também foram fatores fertilizadores desse processo de renovação das práticas sócio-políticas, entre elas os movimentos populares.

Atualmente, movimentos populares e movimento sindical constituem práticas coletivas diferentes tanto no aspecto organizacional quanto nos interesses e nas idéias presentes nos dois espaços: comunidade e sindicato. Apesar disso não é

tarefa simples precisar como, gradativamente, o movimento sindical foi construindo a sua autonomia em relação aos movimentos populares. Alguns indicadores fornecem pistas importantes para esse objetivo. Um deles pode ser localizado no crescimento do movimento sindical, o que lhe imprimia uma dinâmica própria muito sensível ao desempenho das políticas econômicas; outro pode ser detectado nas mudanças na esfera político-institucional. As medidas do governo Geisel aventavam uma tendência, ainda que tímida, de liberalização da prática sindical,³⁶ e ganhava impulso o programa de abertura política, em parte patrocinada pelo governo e em parte alavancada pelo fortalecimento das manifestações políticas oriundas da sociedade civil.

Se os encontros da ANAMPOS marcaram a hegemonia dos movimentos populares - de seus quadros e de seu referencial simbólico, os ENCLATs e CONCLATs sinalizam a autonomização do sindicalismo, que mesmo recrutando quadros originários das CEBs e dos movimentos populares, vai se deslocando para a esfera dos interesses corporativos. O que não impede que nos momentos de expressividade - encontros e outras manifestações - o discurso seja pontuado por ideais de inspiração coletivista. Nesse caso, a identificação com uma ideologia política - o socialismo - torna-se mais explícita.

³⁶Souza, A. e Lamounier, B. (1981)

III. A CUT/ES e o Movimento Sindical na Década de 80

O primeiro grande evento nacional convocado para viabilizar a criação de uma representação unificada dos trabalhadores foi a 1ª CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), realizada de 21 a 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, com a presença de 5.036 delegados, representando 1.091 entidades (sindicatos, associações pré-sindicais, associações de funcionários públicos, federais, federações e confederações. Esse leque variado de representação caracterizava o movimento de renovação sindical que reconhecia e legitimava organizações ainda não institucionalizadas e, ao mesmo tempo, contava com a presença dos organismos oficiais de representação, como os sindicatos, federações e confederações. Era desse bloco institucional que provinham os recursos administrativos e financeiros e uma nova safra de dirigentes -- uma contribuição decisiva para a velocidade na reorganização do movimento sindical desmantelado com o golpe militar de 1964.³⁷

Nesse Congresso foi criada a Comissão Nacional Pró-CUT com o objetivo de preparar a formação de uma Central, o que seria viabilizado em congresso realizado no ano seguinte. Duas grandes tendências dividiram as lideranças engajadas nesse movimento: o bloco liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que incluía importantes sindicatos e as oposições sindicais; a Unidade Sindical que reunia um grupo de dirigentes de sindicatos, federações e confederações, a maioria sem engajamento político e alguns integrantes ou sob influência do PCB e do MR-8.

³⁷Cf. Rodrigues (1990),

As divergências entre essas duas facções sindicais eram de ordem doutrinária e estratégica. Mas o principal foco de discordância estava na concepção e na orientação da prática sindical: para a primeira facção as diretrizes já apontavam para as transformações sociais tendo em vista a construção futura do socialismo; para a segunda, a ação sindical circunscrevia-se na luta pela consolidação do regime democrático.³⁸

Em 1983 foi realizado o Iº CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) que culminou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, dirigida por uma coordenação nacional e regida por estatuto cujos pontos mais relevantes eram: autonomia e liberdade sindical, organização dos trabalhadores no local de trabalho e por ramo da atividade produtiva. O Plano de Lutas da nova Central era amplo e incluía demandas trabalhistas e demandas políticas: salário-desemprego; jornada de 40 horas semanais; estabilidade no emprego; eliminação de horas extras; direito de sindicalização aos funcionários públicos; comissões de trabalhadores no local de trabalho; liberdade e autonomia sindical com total independência do Estado e direito de greve; *reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação e uso coletivo da terra, a ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.*

Outras demandas conjunturais integraram um conjunto de reivindicações tais como: o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, o não pagamento da dívida externa, o fim da Lei de Segurança Nacional e eleições diretas para Presidente da República. Foi proposta a realização de uma greve geral no caso de não atendimento dessas reivindicações no período limite fixado, ou seja, o dia 25 de

³⁸Idem, p.6 e 7.

outubro. Essa greve acabou sendo convocada em 21 de julho na seqüência de uma paralisação do funcionalismo público federal, aderida pelos petroleiros de Cubatão (SP), Osório (RS), Betim (MG), Mataripe (BA) e metalúrgicos do ABC.³⁹

No âmbito estadual, em maio de 1984, a Comissão Nacional da Central no Espírito Santo organizou o I CECLAT (Congresso Estadual da Classe Trabalhadora do Espírito Santo) no decorrer do qual foi fundada a CUT Estadual e eleita a Direção Estadual.⁴⁰

A criação da CUT estadual pode ser considerada o marco na construção da autonomia do movimento sindical em relação aos movimentos populares. No entanto, a base constitutiva da CUT era formada por segmentos tradicionais: trabalhadores do campo (pequenos proprietários em sua maioria), trabalhadores da construção civil, comerciários e ferroviários. A esses segmentos agregavam-se assalariados de classe média, em muitos casos estreantes no cenário sindical.

III.1. O Perfil da CUT/ES

No decorrer de seus dez anos de existência a CUT/ES vivenciou um processo vertiginoso de crescimento. Incorporou uma grande parcela dos sindicatos mais importantes no que diz respeito à base de representação e à posição estratégica no movimento sindical, esta, decorrente da vinculação dos referidos sindicatos com os setores mais significativos na economia do Estado.

Os primeiros sindicatos a se filiarem à CUT/ES eram de trabalhadores do campo, o que refletia o resultado de um trabalho de discussão e organização implementado

³⁹*De Fato*, 01, agosto de 1993.

⁴⁰Essas informações foram extraídas do "Documento Preliminar sobre as avaliações e as resoluções do 1º CECLAT.

pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), ambas atuando na área rural há algum tempo. Há que se ressaltar também o quadro conjuntural: a crise da economia rural tradicional e as transformações em curso promovidas pela presença de grandes empresas agro-industriais estimularam o debate sobre a questão da terra e elegeram a Reforma Agrária como uma das principais bandeiras dos setores organizados da classe trabalhadora. Na avaliação dos dirigentes sindicais rurais, o avanço do capitalismo no campo, representado pela presença das grandes empresas, mobilizava os segmentos rurais na defesa da pequena propriedade ameaçada de extinção.

No setor urbano, a primeira entidade a se filiar à CUT/ES foi o Sindicato dos Comerciários, em 1983; no ano seguinte duas entidades significativas efetuaram sua filiação: o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e a UPES (União dos Professores do Espírito Santo). Os trabalhadores da construção civil tinham sido pioneiros na retomada do movimento grevista no Estado, no final da década de 70, e na conquista da direção do sindicato, com a vitória da chapa identificada com o movimento de oposição sindical. A adesão à Central acompanhava o processo de conquista das direções dos sindicatos pelas "oposições sindicais" e refletia o movimento de renovação sindical em curso no Estado.

Em 1988, a CUT/ES ganha densidade com a adesão de nove entidades, entre elas o Sindicato dos Eletricitários, o dos Ferroviários, do Sinticel (trabalhadores na indústria de papel e celulose) e do Sindimassas.⁴¹ Em 1989, a entrada dos Sindbancários, em 1990 a dos Metalúrgicos e, em 1991, a dos Portuários marcaram o triunfo da CUT sobre as demais Centrais, pois esses três importantes sindicatos,

⁴¹Na avaliação de José Otávio Baioco, presidente da CUT/ES na gestão 1991/1994, foi marcante, nesse processo, a entrada dos Eletricitários, um sindicato forte em termos de nível de sindicalização e de receita arrecadada, e que tem liberado dirigentes para as atividades da Central.

até então, mantinham proximidade com a CGT. O ano de 1991 terminou com a adesão de 13 entidades à CUT estadual.

A análise de composição atual da CUT/ES (Tabela 2) indica que:

1- Os sindicatos rurais compostos de pequenos proprietários, posseiros, parceiros, assalariados rurais e "sem-terra" representam 23% do total de entidades filiadas. Esses sindicatos têm sua base em municípios da Região Norte do Estado. A CUT/ES sempre enfrentou dificuldades na Região Sul, onde até 1991 não contava com nenhuma entidade filiada. Em vários encontros estaduais, a proposta de organização da Regional Sul foi incluída no Plano de Lutas aprovado. Nessa região, apesar da existência da pequena propriedade, o assalariamento é predominante em várias áreas agrícolas e agro-industriais (usinas de álcool e açúcar). No setor urbano, as atividades que se destacam estão relacionadas às indústrias do mármore e do cimento. O Sindicato dos Trabalhadores de Mármore, Granito e Calcário e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim são os únicos filiados à CUT na região. Os primeiros congressos estaduais contaram com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Castelo e das oposições sindicais rurais de Anchieta, Alfredo Chaves e Santa Leopoldina, mas nenhum deles, até agora, filiou-se à CUT.

2- Os sindicatos do setor industrial perfazem 23% das entidades filiadas. Entre elas, as mais organizadas são a dos Metalúrgicos e a dos Eletricitários, categorias estratégicas no movimento sindical local; a que tem maior base de representação é a da Construção Civil. Nas três categorias mencionadas o movimento de oposição sindical foi o fator desencadeador do processo de renovação.

3- As entidades classificadas em serviços, finanças, funcionalismo, transporte e profissionais liberais perfazem juntas 53% do total de filiadas (A participação dos

sindicatos de funcionários públicos corresponde a 21% desse total). Isso evidencia que a CUT/ES acompanha as tendências do sindicalismo nacional e internacional, onde se verifica o crescimento e a predominância dos sindicatos de empregados do setor terciário. Nesse bloco estão os funcionários públicos, de presença e influência crescentes, em grande parte explicadas pela recente conquista do direito de sindicalização e pela maior desenvoltura nas ações reivindicativas. Os empregados do setor público estão mais protegidos por direitos exclusivos e menos sujeitos às pressões de chefias e patrões. Nesse segmento, a estabilidade no emprego tem papel decisivo nas ações reivindicativas e grevistas. Sem a ameaça de demissão, as pressões por ampliação de conquistas são cada vez mais fortes e favorecem o crescimento e a solidez dos sindicatos de trabalhadores do setor público.

Esses dados sobre a distribuição das entidades sindicais por setores econômicos estão em sintonia com a distribuição da PEA estadual (População Economicamente Ativa), onde se verifica a predominância do setor terciário, seguido do setor primário. Quanto a representatividade dos sindicatos filiados à CUT, a tabela 5 permite algumas observações importantes:

1) No setor primário, o total de trabalhadores na base é 178.800 e de associados 54.333, sendo a taxa de sindicalização, nesse grupo, 30% (Os sindicatos que apresentam taxa de sindicalização mais elevadas são Pancas e Mantenópolis e uma das mais baixas está em Colatina, justamente no primeiro sindicato conquistado por uma chapa de oposição sindical e um dos fundadores da CUT/ES).

2) No setor secundário, o total de trabalhadores na base é 105.427 e de sindicalizados no setor é 27.737, sendo 26% a taxa média de sindicalização. (As maiores taxas de sindicalização estão nas categorias quantitativamente pequenas, como têxteis, eletricitários, petroleiros e trabalhadores filiados ao Sindicato de Cacau e Balas).

3) No setor terciário (serviços, comércio, transporte, profissionais liberais, funcionários públicos), o total de trabalhadores na base é 179.801 e o de associados 68.439, sendo a taxa média de sindicalização 30%. Os sindicatos mais representativos nesse setor são: Portuários, Ferroviários, Bancários, Jornalistas, Funcionários da UFES, Aservi, Sindiupes (professores da rede pública) e Sinttel (telefônicos). Cabe a observação que, neste bloco, excluindo-se jornalistas e bancários, distribuídos tanto no setor público quanto no privado, os demais são trabalhadores de empresas estatais ou servidores públicos.

A tabela 5 permite avaliação da representatividade das entidades sindicais filiadas à CUT/ES; demonstra que elas agregam 48,82 da PEA do setor primário; 56,51 da PEA do setor secundário e 36,00 da PEA da setor terciário. A relação entre PEA/trabalhadores na base torna visível a existência de um amplo terreno a ser conquistado no que se refere à filiação dos trabalhadores aos sindicatos. Por outro lado, trata-se de uma informação pouco reveladora da importância efetiva das entidades sindicais, uma vez que estas representam as categorias profissionais independentemente do quadro de associados.

Quanto à distribuição espacial, as 13 entidades rurais filiadas localizam-se no interior, onde estão sediadas também 04 entidades do setor secundário e 02 do terciário. As outras 37 estão sediadas na região da Grande Vitória, sendo 08 do setor secundário e 29 do terciário.

III.2. Os Congressos Estaduais e suas Teses

Os congressos da CUT constituem momentos privilegiados: permitem a avaliação da capacidade de mobilização da Central e das diretrizes do programa de trabalho e do plano de lutas a ser cumprido, além de explicitarem as tendências políticas e

ideológicas que disputam o controle político da entidade. Após o congresso de fundação -- o Iº CECLAT, em 1984 -- foram realizados mais seis congressos estaduais da CUT - os CECUTs - cujas pautas apresentam pouca variação.⁴² Incluem análise de conjuntura política e econômica, balanço político e organizativo da CUT, alteração dos estatutos, discussão sobre a estrutura sindical e eleição da nova diretoria. Até 1991 os congressos estaduais eram precedidos pelos congressos das três regionais: Norte I, Norte II e Grande Vitória.

A abordagem dos congressos estaduais da CUT justifica-se não apenas pela importância do registro histórico desses eventos, mas também pelo fato de, através deles, ser possível resgatar a trajetória de constituição da Central. Os congressos, nas suas teses e avaliações, refletem as tendências ideológicas e políticas presentes no sindicalismo cutista, retratam a sua capacidade de mobilização e de organização dos segmentos assalariados e a sua presença nos grandes eventos que marcaram a história do país, na última década: campanha das Diretas Já, Assembléia Nacional Constituinte e eleição presidencial de 1989 e de 1994. Nesse percurso foi sendo delineado o perfil da CUT/ES.

III.2.1. O Congresso de Fundação da CUT/ES

Como mencionado anteriormente, a CUT/ES foi fundada durante o I CECLAT (Congresso Estadual da Classe Trabalhadora do Espírito Santo) realizado no período de 25 a 27 de maio de 1984.

Nesse evento, a avaliação do cenário sindical nacional destacava: a clivagem entre CUT e CONCLAT, justificada pelas diferenças doutrinárias e pragmáticas; a

⁴²Os anos dos congressos foram 1984, 1985, 1986, 1987, 1989, 1991 e 1994.

necessidade de empenho no sentido de fortalecer as oposições sindicais bem como os sindicatos já conquistados, uma tarefa que exigia principalmente grande investimento nas campanhas de sindicalização. O foco das críticas à atuação nacional da CUT recaiu nas "decisões mal pensadas" como a proposta de greve geral, em 25 de outubro do ano anterior, e nas dificuldades de se aproveitar o movimento das Diretas-Já para fortalecer o movimento sindical.

A avaliação do movimento sindical estadual, realizado no decorrer desse evento, era otimista. Destacava a criação da CUT como coroamento da "emergência do sindicalismo combativo e das oposições sindicais na cidade e no campo", que atraiu vários sindicatos rurais e contribuiu para a democratização do funcionamento das entidades sindicais e ampliação de sua atuação com a criação de delegacias regionais.

Os obstáculos ao crescimento e à transformação dos sindicatos eram de ordem diversa: o individualismo ainda forte na consciência dos trabalhadores; a pressão forte do patronato e a ameaça do desemprego; o aprisionamento dos dirigentes na burocracia das entidades sacrificando a organização de base; as deficiências na circulação de informações, dificultando a comunicação entre lideranças e cúpulas; o acúmulo de tarefas atribuídas aos dirigentes sindicais; e a carência de conhecimentos sobre o movimento sindical.

Os dois grandes temas desse evento estadual foram a Reforma Agrária e o Desemprego, fartamente justificados pela conjuntura sócio-econômica local. A problemática do campo ganhava visibilidade, inclusive pelo crescimento e pela politização das organizações dos trabalhadores rurais.

A proposta de Reforma Agrária evidenciava a orientação política da CUT, ao questionar a propriedade privada capitalista e propor o incentivo às formas coletivas

(mutirões, roças comuns, etc.) e a ocupação organizada, simultânea em todo o país, das terras devolutas, não cultivadas ou abandonadas. Outras questões mais pragmáticas completavam o plano de atuação no campo: propiciar mais informações e melhor assistência aos trabalhadores rurais; elaborar um levantamento dos *Sem-Terra*; estimular a sindicalização no campo; conquistar os sindicatos "pelegos"; e "conscientizar" o trabalhador para não vender suas terras e permanecer atento aos falsos contratos propostos, precavendo-se, inclusive, em relação às "orientações sindicais pelegas" e a das federações.

O tratamento da questão do desemprego, em todas as avaliações realizadas no evento, esteve atrelado à resolução do problema agrário, num contexto marcado pela crise cafeeira que já atravessava duas décadas, e pela desativação das atividades de construção civil incluídas nos "grandes projetos industriais", e que, até então, tinham atraído populações migrantes procedentes de vários Estados. Além desses fatores, a estratégia de amenizar o desemprego urbano, através de frentes de trabalho no campo, agravava a questão agrária ao facilitar a expulsão dos meeiros substituindo-os por "desempregados da cidade". Em curto prazo, as formas apontadas para o enfrentamento dessa crise eram: salário-desemprego, redução da jornada, extinção das horas extras e criação de comitês de desempregados nos bairros.⁴³

Outro grande foco de discussão, neste congresso, foi o engajamento estratégico na luta pelas eleições diretas para gerar um pólo de discussão de temas trabalhistas e ampliar e fortalecer o movimento sindical. Essa instrumentalização do Movimento das Diretas-Já se torna mais evidente em dois momentos: quando se define a necessidade de fortalecer o Comitê Suprapartidário, excluindo-se qualquer possibilidade de legitimação da eleição presidencial através do Colégio Eleitoral, e

⁴³O movimento dos desempregados no Espírito Santo foi estudado por Doimo (1989)

quando se convoca uma greve geral como forma de luta pela Reforma Agrária e contra o Colégio Eleitoral. Com esses pretextos a greve geral, de fato, era uma forma de mobilização dos trabalhadores, mas também um movimento de afirmação da nova Central no meio sindical e político. Com poucas condições de atingir os objetivos explícitos na sua convocação, poderia contribuir para aumentar a legitimidade da CUT entre os setores organizados da sociedade brasileira.

A realização do 1º CECLAT em 1984 foi precedida de três congressos regionais (Norte I, Norte II e Grande Vitória). Em São Mateus, teve lugar o Congresso de Fundação da Regional Norte II, realizado nos dias 24 e 25 de março do mesmo ano, com a presença de 103 delegados representando 04 entidades rurais (68 delegados) e 02 urbanos (35 delegados), além de 22 pessoas convidadas. A base territorial regional abrangia 10 municípios e era composta de 3 sindicatos rurais (São Mateus, Linhares e Montanha), duas oposições em sindicatos rurais (Conceição da Barra e Mucurici), o Sindicato de Trabalhadores na Construção e Mobiliário de São Mateus e Nova Venécia, a Associação Pré-sindical da Construção Civil e Mobiliário de Linhares e Rio Bananal, a Delegacia Sindical dos Comerciantes e uma subseção da UPES.

Segundo o Relatório do Primeiro Encontro de Trabalhadores Rurais, realizado em São Mateus, nessa região de pequenos proprietários predominava a cultura de cana de açúcar, seringa, eucalipto, mandioca, cacau, mamão, pimenta, guaraná e a criação de gado. As condições de trabalho para os assalariados eram péssimas: atraso de pagamento, salários baixos, trabalho duro, sem horário para café, sem condições sanitárias adequadas, etc. No ano de 1984 ocorreram algumas greves: na LAGRISA (Linhares) motivada pela exigência de horas-extras por parte da empresa; na Reflorestadora Cricaré (Nova Lima / São Mateus) pela imposição de trabalho durante um feriado; e na Aracruz Florestal (São Mateus) a greve foi motivada pela reivindicação de aumento salarial.

O 1º Congresso da Regional Norte I foi realizado em 1984, em Nova Venécia, com a participação de 115 delegados e 11 convidados, representando os municípios de Itarana, Colatina, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Mantenópolis, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Pancas, Itaguaçu e Baixo Guandu. Nesta área encontramos pequenos proprietários, parceiros e os bóias-frias nas culturas de café.

A predominância dos segmentos rurais regionais (Norte I e Norte II) define uma pauta de discussão onde os temas destacados estão vinculados às questões do campo e são incorporados no plano de lutas: luta pela reforma agrária e pelo cumprimento do Estatuto da Terra; ocupação organizada das terras; atenção à situação dos bóias-frias; assistência médica aos trabalhadores rurais; trabalho educativo que permita ao homem do campo perceber a diferença entre "terra de trabalho", e "terra de negócio" que, na avaliação cutista, seria o fundamento da diferença entre a posse da terra na perspectiva socialista e na capitalista.

Durante o Primeiro Congresso Regional da Classe Trabalhadora (1º CORCLAT), também realizado em 1984, foi fundada a CUT Regional Grande Vitória e eleita a sua primeira diretoria. Participaram desse evento 131 delegados, representando 12 entidades, e 03 observadores. Dentre as entidades presentes 06 eram sindicatos (Construção Civil, Engenheiros, Comerciantes, Professores, Médicos e Assistentes Sociais), 04 eram associações (ASUFES, ADUFES - Servidores e Professores da Universidade Federal do Espírito Santo - Psicólogos e Servidores do Instituto Jones dos Santos Neves), e 01 era um grupo de oposição sindical (Trabalhadores em panificação e gêneros alimentícios). (A Associação das Domésticas da Grande Vitória participou na condição de observadora).

Os temas predominantes nesse evento foram a reforma agrária, o desemprego, as Diretas-Já, a convocação de uma greve geral e questões relativas ao movimento

sindical, como a sua unificação, o fortalecimento das oposições sindicais - um tema muito destacado no momento - e a organização da CUT. A massiva presença de representantes do funcionalismo público (53 delegados, excluindo-se os das entidades de profissionais liberais que podem ser também funcionários públicos) incluiu, na agenda, temas específicos como unificação de índice de reajuste salarial e as lutas desse segmento no âmbito municipal, estadual e federal.

O balanço geral do ano de 1984, data da fundação da CUT no ES, revela os eixos sustentadores da Central: os trabalhadores rurais e os setores urbanos mais próximos do campo de atuação da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e da Pastoral Operária. Integravam a Central 12 entidades: 08 sindicatos rurais e 04 urbanos - os sindicatos dos Comerciários (a primeira entidade urbana filiada), o da Construção Civil de Vitória, o dos Engenheiros e a UPES (União dos Professores do ES). No momento de fundação da Central justifica-se o predomínio das práticas mais expressivas, como a promoção de eventos e reuniões (Encontro de Assalariados Rurais, Primeiro de Maio, Festa do Lavrador, congressos regionais e o estadual, etc.). Em outras palavras, as formas de agitação e propaganda superavam as ações efetivas de caráter organizativo- sindical. Somente na Regional Norte II foram realizadas 33 reuniões em um ano (11 da direção e 22 da Executiva), o que pode demonstrar tanto o grau de dificuldades organizativas quanto a necessidade de reafirmação constante dos ideais e das crenças formadoras de identidades coletivas. A ritualística das reuniões ou eventos maiores contribuem para ampliar a legitimidade das organizações e das lideranças sindicais entre os trabalhadores e diante da opinião pública.

Nesse mesmo ano, no mês de agosto, foi realizado o 1º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) que, segundo Rodrigues (1990), pouco acrescentou ao evento do ano anterior. A avaliação severa da atuação da central enfatizava o não cumprimento do Plano de Lutas, principalmente a não realização de greve geral e a

timidez no apoio às greves específicas e às chapas de oposição sindical às diretorias pelegas.

O novo Plano de Lutas aprovado repetia muitas questões do anterior: não pagamento da dívida externa e rompimento com o FMI; fim do arrocho salarial e escala móvel de salários; salário desemprego, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas semanais, reforma agrária, fim das intervenções nos sindicatos e anistia aos diretores cassados; atendimento imediato das necessidades básicas dos trabalhadores; nova política de habitação; liberdade de organização política e partidária; não privatização das estatais, defesa das populações indígenas; "reconhecimento da CUT como Órgão máximo de representação dos trabalhadores" (Rodrigues, 1990:9).

Outra proposição importante do 1º CONCUT foi o novo desenho da estrutura sindical: "democrática, classista e de luta, com liberdade e autonomia", com os trabalhadores organizados por ramos de produção, numa linha vertical que partia dos locais de trabalho em direção à central.

III.2.2. O I CECUT

Em 1985 (de 28 a 30 de junho), foi realizado o 1º Congresso Estadual da CUT (I CECUT), com a presença de 301 delegados e com a seguinte pauta: Assembléia Nacional Constituinte, Reforma Agrária, Estrutura Sindical, Plano de Ação e Eleição de Diretoria. Também nesse ano foram realizados os congressos das três regionais, nos quais as entidades participantes e as temáticas, foram praticamente as mesmas do congresso do ano anterior. Acrescente-se que, no ano de 1985, a CUT estadual

não registra nenhuma nova filiação. No Congresso da Regional Grande Vitória, foi incorporada à pauta anterior a discussão do Pacto Social e da Constituinte.⁴⁴

A defesa da incorporação da CUT na mobilização por uma "Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana" era justificada como uma forma de se evitar que a mesma se transformasse em "instrumento de legitimação do poder do capital" e pressupunha algumas medidas do poder público: revogação da Lei de Segurança Nacional, amplas garantias de liberdade de expressão e de organização sindical e político-partidária, revogação da lei de greve, controle público dos gastos de campanha dos candidatos. A Constituinte deveria ser exclusiva, o que justifica a posição contrária à atribuição de poder constituinte ao congresso a ser eleito em 1986. Para tanto um conjunto de tarefas era definido: elaboração de cartilhas, organização de comitês, atos públicos, discussão do assunto em grupos de trabalho nas categorias profissionais e nas comunidades e a montagem do Placar da Constituinte.

A discussão acerca da questão agrária centrava-se no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, no Movimento dos Sem-Terra e na situação dos assalariados rurais. O escopo do debate era amplo: o Estatuto da Terra que definia princípios, fundamentos filosóficos e os objetivos sociais econômicos e políticos da Reforma Agrária; a política agrícola; a colonização (acesso à terra em áreas públicas para desbravamento e ocupação); formas de titulação e ocupação com reconhecimento e preservação das formas pré-existentes e das reivindicações dos trabalhadores; apoio aos assentados e cobrança dos tributos aos proprietários devedores.

⁴⁴Relatório do I CECUT, 1985.

O PNRA era objeto de uma avaliação ambígua. Afirma-se no relatório final do congresso: *Apesar de ser resultado da organização dos trabalhadores, o PNRA veio para frear, desorganizar o movimento pela Reforma Agrária, porém o avanço e a organização dos trabalhadores garantirá a sua continuidade, a retirada dos pontos falhos e os acréscimos dos pontos não contemplados no PNRA.*

Para o enfrentamento da questão do campo as propostas eram: a CUT deveria assumir a Coordenação do Movimento dos Sem-Terra, promover discussões sobre a Reforma Agrária, realizar um levantamento das ocupações de terra e criar fundos para a sua manutenção. As pressões para obtenção de crédito, educação e assistência técnica ao homem do campo combinavam com propostas mais radicais - a de confisco dos latifúndios da União e da Igreja.

Outro tema em debate foi a estrutura sindical, incluindo-se a garantia do direito de sindicalização a todos os trabalhadores e liberdade e autonomia sindical - pontos que se fizeram presentes em todas as pautas de congressos da Central até 1988. A mudança na estrutura sindical era uma bandeira histórica da CUT e estava no horizonte das novas lideranças sindicais desde a década de 70. A abolição do imposto sindical, a liberdade de formulação de estatuto, o "direito irrestrito de greve assegurado na Constituição e sem regulamentação através de Lei", comissões de fábrica, data-base unificada no dia 1º de maio, elevavam as propostas para a organização sindical, cujo novo desenho incluía: comissões de local de trabalho, delegacia sindical, direção executiva, plenária, assembléias e congressos.

A avaliação da CUT nacional incidia na execução de sua função de direção e organização das lutas dos trabalhadores, garantindo a "unidade na prática dos trabalhadores do campo e da cidade". Reivindicações como a jornada de 40 horas semanais, trimestralidade de reajustes salariais e salário desemprego já haviam sido

incorporadas pela maioria dos trabalhadores -- uma conquista das greves deflagradas no período.

Na atuação da CUT estadual, os pontos positivos destacados remetiam à participação em eventos sindicais (1º de maio, Dia do Lavrador, Avaliação de Congressos regionais) e eventos políticos (Diretas Já e Constituinte), à presença da Central no movimento dos Sem Terra e ao seu apoio às "direções combativas" do movimento sindical e às greves do funcionalismo e dos trabalhadores da Aracruz. Os pontos negativos acentuados eram a falta de infra-estrutura da Central, a dificuldade na circulação de informações e a sua frágil presença nas entidades urbanas. Para avançar seria preciso reforçar a pauta organizativa, conquistar novos sindicatos e criar uma nova seção - a CUT Regional Sul. Para esse avanço organizativo e político foram criadas 4 secretarias: Formação Política, Política Sindical, Divulgação e Imprensa e Rural.

III.2.3. O II CECUT

O 2º Congresso Estadual da CUT foi realizado nos dias 24 e 25 de maio de 1986, incorporando as análises e proposições dos congressos regionais (Norte I, Norte II e Grande Vitória) que o precederam.⁴⁵ A pauta do evento estadual continha 5 pontos: Conjuntura Política e Economia, Balanço Político e Organizativo e CUT, Alteração nos Estatutos, Estrutura Sindical e Eleição da Nova Direção da Central.

A análise da conjuntura política e econômica teve seu eixo no "pacote econômico" do governo Sarney, definido nos documentos do evento como uma estratégia para fortalecer a Aliança Democrática (PMDB e PFL) que estaria, no momento, em estado de desagregação. Outro assunto em debate nessa análise conjuntural era o PNRA

⁴⁵Relatório Final do II CECUT, 1986.

proposto pelo governo que, na avaliação cutista, era mais atrasado que o Estatuto da Terra. Nessa avaliação, fatos como a violência no campo, a corrupção, o achatamento salarial e a demissão em massa promovidos pela política econômica adotada tinham como alvo o movimento sindical e popular e o crescimento da CUT e do PT.

Por sua vez, a avaliação da CUT era positiva: representava os anseios de mudança da classe trabalhadora, em cuja atuação se destacava a habilidade em aproveitar as mazelas conjunturais, o que a tornava "uma força real e uma alternativa ao peleguismo e ao reformismo" presentes no meio sindical. No âmbito estadual, a CUT esteve presente nos movimentos grevistas dos motoristas, padeiros, vigilantes; apoiou as chapas de oposição que enfrentaram as direções "atrasadas e pelegas" (o caso dos sindicatos dos padeiros, do Cacau e Balas e do Sinttel (telefônicos); contribuiu para a fundação de sindicatos rurais e para o impulso às categorias desmobilizadas (ferroviários, metalúrgicos e motoristas).

Apesar do destaque na ampliação da esfera de atuação propriamente sindical, (embora nesse ano não tenha incorporado nenhuma nova entidade no seu quadro de filiados), o documento do 2º CECUT aponta para a atuação política -- no enfrentamento do governo da Aliança Democrática -- como o grande triunfo da Central nesse ano.

O outro lado nesse balanço político e organizativo da CUT eram as deficiências detectadas: as dificuldades na circulação de informações; a incompetência na capitalização de vitórias para redirecioná-las politicamente; a deficiência no acompanhamento das oposições que assumiam a direção de sindicato; a postura dos integrantes da direção e das secretarias da CUT de não priorizar o trabalho na Central; a falta de investimento na preparação política das lideranças; e, por último, a radicalização e o sectarismo de alguns setores que dificultavam a unificação das

ações e o avanço sindical e político da Central. Nesse congresso foi abordada a questão da precariedade na diferenciação dos espaços de atuação dos dois organismos: CUT Regional Grande Vitória e CUT Estadual.

As avaliações mais pessimistas vieram do congresso da Regional Norte II, cuja ênfase esteve na falta de êxito na organização dos Sem Terra e na dificuldade de construir uma Central "aberta e de massas".

As resoluções finais do congresso estadual incorporavam três planos de atuação: o plano organizativo, onde as tarefas seriam direcionadas para criar uma estrutura financeira mais sólida, organizar as secretarias (Formação e Política Sindical e Finanças) e cobrar prioridade de atuação na Central dos seus quadros dirigentes; o plano sindical, no qual se destacava a necessidade de fortalecer o trabalho de base e de apoio logístico aos assentamentos, e de melhorar a formação dos dirigentes sindicais; no plano político o eixo de luta era a manutenção do congelamento dos preços, o não pagamento da dívida externa e a promoção de manifestações, aglutinando outras forças sociais contra a violência no campo. Foi proposta a realização do 1º Encontro Capixaba contra a Violência no Campo e pela Defesa da Reforma Agrária.

Nesse ano, no período de 31 de julho a 03 de agosto, foi realizado no Rio de Janeiro o II CONCUR, que reiterou os pontos dos planos de lutas anteriores e centrou os debates no pólo ideológico e no desenho de uma nova estrutura sindical.

A nova estrutura sindical proposta previa a criação de "comissões sindicais de base no local de trabalho (uma espécie de comissão de fábrica), sindicatos de base (organizados por ramo de atividade econômica: agropecuário, secundário e terciário) e departamentos nacionais (organizados por ramo profissional). Nesse modelo, o que vingou até então foi a criação de alguns departamentos não exatamente

segundo o figurino aprovado, pois não são organizados por ramos de atividades e sim por categorias. Na verdade não diferem das federações que agrupam os sindicatos oficiais. Naquele ano, os departamentos já organizados eram: bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos, trabalhadores em educação e trabalhadores rurais.

A nova proposta de organização sindical não conseguiu se impor, apesar do destaque que merece em todos os congressos. Para Rodrigues (1990 e 1992) essa proposta subestima a força dos interesses, das tradições e de uma cultura sindical que impregnou o modelo de sindicalismo, já fortemente enraizado na mentalidade e nas entranhas da vida social. Apesar da opção estratégica de promover essas alterações ocupando os próprios espaços delimitados pela estrutura oficial, dirigentes da CUT/ES admitem que a Central está realizando de forma gradativa os seus propósitos de modificar o modelo vigente de estrutura sindical. A nova concepção de estrutura sindical proposta ainda carece de maiores esclarecimentos. A Quinta Plenária, realizada em 1992, "definiu e tornou orgânica" a estrutura vertical da CUT criada no II CECUT. Segundo matéria da revista *De Fato*:

Os antigos Departamentos cederam lugar às Federações ou Confederações, com representação jurídica e coletiva, podendo filiar sindicatos não integrados à CUT. A base desse novo formato são os ramos profissionais, cuja definição ainda está em debate. A 5ª Plenária limitou-se a definir dezoito agrupamentos profissionais para iniciar a discussão.⁴⁶

⁴⁶*De Fato*, ano 1, n 1,1993, p.29.

III.2.4. O III CECUT

No período de 28 a 30 de agosto de 1987, foi realizado o 3º Congresso Estadual da CUT, no município de Ibirapu, contando com a participação de 33 entidades (25 sindicatos, 05 associações e 03 oposições sindicais). Na pauta, os seguintes pontos: Concepção e Prática Sindical, Avaliação da CUT, Eleição de Nova Diretoria e Plano de Ação.

Um documento elaborado pela Secretaria Geral Nacional, datado de 08/05/87, intitulado "A Resposta ao Desgoverno e à Crise", serviu de eixo central para o debate sobre a avaliação do movimento sindical. O confronto com a Aliança Democrática balizava as avaliações das grandes questões nacionais. Creditava-se a gravidade da situação econômica ao fracasso do Plano Cruzado e do Plano Bresser, e ao tratamento da questão da dívida externa através do "acerto" com o FMI, o que impunha arrocho salarial e desemprego. O não pagamento da dívida externa, considerada "imoral, impagável e injusta" era uma bandeira permanente nos discursos. O fato de o governo, no período em questão, ter decretado a "moratória" não abalou a forma de abordar a questão, pois segundo o referido documento: *O Governo suspendeu temporariamente o pagamento da dívida de médio e longo prazo mantendo uma política econômica de pagamento da dívida.*

Apesar do intenso surto grevista de 1987 e da participação na Constituinte em defesa da Reforma Agrária, da jornada de trabalho e da estabilidade no emprego, e das eleições diretas, a análise da conjuntura sindical não era otimista. O movimento sindical nacional enfrentava *uma estrutura sindical arcaica e verticalista, uma massa de trabalhadores despolitizada, e portanto desorganizada; direção sindical com diferentes visões que, muitas vezes, não somam nem nas ações unitárias, sejam elas econômicas ou políticas.* Continuava o documento: *Dentro do campo cutista encontramos definições equivocadas do papel da CUT como central sindical. Que*

*CUT queremos? De classes e de massas, cujo projeto político deverá ser o socialismo?*⁴⁷

As greves estavam se realizando de forma desigual e desarticulada, com reivindicações e ritmos diferenciados, tentando defender os interesses dos trabalhadores de forma isolada e por categoria. Uma greve geral de protesto político e reivindicativa era a forma de superar esse isolacionismo e dar uma resposta unificada contra o governo e sua política econômica recessiva, contra o pagamento da dívida externa e pelas Diretas-Já. A proposta era um movimento de mobilização que deveria ter continuidade na perspectiva de greves nacionais com duração de 3 dias ou mesmo uma semana.

O relatório final fornece elementos valiosos para a explicitação do caráter político e ideológico da Central. Os seus quatro anos de existência eram avaliados como *um período de crescimento nacional acelerado, que a transformou numa referência política de massas, com um papel de oposição política ao governo como principal direção das lutas sindicais dos trabalhadores*. Essa função política ganha reforço na concepção sindical "renovadora" da CUT: *um sindicalismo classista, de massas, unitário e democrático* diferente do modelo reformista *que enquadra as lutas sindicais nos limites do sistema capitalista, dissociando a luta reivindicatória de uma transformação do sistema de exploração do trabalho assalariado, e também do modelo vanguardista que confunde o papel do sindicato e do partido político*. Nessa versão não se valoriza os anseios e as necessidades imediatas dos trabalhadores, nem a conquista de direitos sociais. Assim, essa postura vanguardista não tinha capacidade de mobilizar e organizar as massas trabalhadoras, restringindo as ações às *pequenas minorias radicalizadas, que não são vanguardas, porque não dirigem massas e acabam se caracterizando pelo sectarismo e divisionismo no seio da*

⁴⁷Avaliação da CUT-ES - 3º Congresso Estadual

classe trabalhadora. O alvo, nessas análises, era duplo, atingia tanto o legalismo de certos sindicatos atuantes (reformistas) quanto as práticas paralelistas de algumas oposições sindicais (vanguardistas).

O *modelo sindical classista e de massa* permitia atrair e mobilizar o contingente de trabalhadores urbanos e rurais e organizá-lo para o enfrentamento da *classe burguesa*, o que necessariamente impunha o seu posicionamento pelo socialismo. O propósito era, portanto, superar os próprios limites da prática sindical - o seu caráter de instrumento de reivindicação contra a exploração, mas circunscrito nos contornos da ordem capitalista. Para ultrapassar essa postura reformista era necessário extrair das campanhas de reivindicações (instrumentos de atração e de mobilização das massas) um saldo organizativo que resultasse num *salto de qualidade na consciência de classe*, no que diz respeito à compreensão tanto das injustiças sociais e dos *mecanismos da dominação capitalista* quanto do *projeto político próprio e histórico* da classe trabalhadora.

Essa concepção sindical classista e de massa comportava também outros componentes: a unidade sindical produzida pela vontade política dos trabalhadores e não pelo Estado; a necessidade de promover a democracia sindical através do convívio com as divergências e de construir uma unidade que superasse o *sectarismo, o personalismo e o divisionismo*; e a completa autonomia em relação aos partidos e ao Estado.

A avaliação do desempenho da CUT no Espírito Santo esteve presente em todos os congressos regionais com ênfase nos seguintes pontos: não ter ampliado a base de filiados (o único novo filiado foi o STR de Pancas); não ter encaminhado a discussão sobre as divergências políticas no campo e não ter incorporado no plano de trabalhos os pequenos proprietários; não ter conseguido conduzir a greve geral convocada em 12 de dezembro de 1986. Outros pontos críticos apontados foram: a

debilidade no trabalho de base e no acompanhamento das oposições sindicais e as dificuldades de dar direção aos *Sem-Terra*. Repetindo os congressos anteriores, a questão organizativa e a não prioridade do trabalho na Central por seus dirigentes foram novamente alvos de muita discussão. Tanto que foi definido um plano de trabalho para cada secretaria, que incluía organização financeira, campanhas de filiação, maior divulgação do trabalho da Central, investimento na formação sindical e melhor entrosamento entre trabalhadores rurais e urbanos.

Os pontos positivos destacados na avaliação podem ser assim resumidos: presença na greve dos motoristas, promoção de cursos de formação, participação nos assentamentos de trabalhadores rurais e apoio à realização de eventos como a Romaria da Terra, a Festa do Lavrador em Muqui, o 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Estado, o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais e Santa Maria de Jetibá, os Congressos Regionais Norte I, Norte II e Grande Vitória.

III.2.5. O IV CECUT

No período de 21 a 23 de abril de 1989, foi realizado no Colégio Eliezer Batista, em Cariacica, o IV Congresso Estadual da CUT, cuja pauta incluía os seguintes pontos: Análise da Conjuntura Nacional, Balanço Político e Organizativo da CUT; Organização Sindical da CUT (estrutura vertical e horizontal); Plano de Ação da CUT/ES; Eleição de Diretoria. Esse evento ocorreu num período em que a CUT vivenciou um salto de crescimento: no ano anterior, 09 entidades se filiaram e, no ano do evento em questão, houve mais 04 novos ingressos. Antes de analisar o IV CECUT torna-se necessário resgatar os eventos ocorridos no ano anterior, principalmente no Congresso da Regional Grande Vitória e no III CONCUR, ambos realizados em setembro de 1988.⁴⁸

⁴⁸Relatório Final do IV CECUT, 1989 e Relatório Final do Congresso da CUT Regional Grande Vitória, 1988.

No Congresso da Regional Grande Vitória, os debates mais acalorados tinham como eixo a denúncia da *transição conservadora* realizada pelas forças políticas que sustentaram a Aliança Democrática na instauração da Nova República. O principal alvo eram os programas econômicos --Plano Cruzado e Plano Bresser--, acusados de promoverem recessão e arrocho salarial. Tratava-se de uma modalidade da *dominação burguesa* reciclada e aprimorada e que induzia o movimento dos trabalhadores para o rumo da *institucionalização de suas ações*, minando sua radicalidade e contendo o seu potencial de *organização independente como alternativa de poder*. O Plano de Ação da CUT-GV no seu item 9 determinava o seguinte:

Nosso objetivo no presente momento é, de um lado, derrotar a política do FMI (Fundo Monetário Internacional) aplicado por Mailson/Sarney e, de outro lado, derrotar os setores reacionários da Nova República, buscando criar condições para uma crise de ingovernabilidade jogando o regime num impasse e armando as condições para a intervenção política do movimento operário, a fim de operar transformações dessa política econômica até o ordenamento geral da sociedade rumo ao socialismo. O método fundamental do movimento operário-sindical para dar conta do objetivo é a greve geral articulada com o movimento popular e entidades civis.⁴⁹

É possível que essa radicalização do discurso político no congresso regional estivesse relacionada com a maior explicitação das tendências ideológicas que demarcavam o campo das disputas internas visando ao controle da direção da Central. Segundo depoimento de Benedito da Silva, dirigente da CUT, até 1988 não houve disputa de chapas na direção, embora as diferenças já existissem. Até então a votação era nominal e não por chapas. A partir de então três tendências ganharam

⁴⁹Relatório do IV Congresso Regional CUT - Grande Vitória, 1988.

contornos mais definidos na disputa ideológica interna à Central: a *Articulação Sindical*, representada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos, Comerciários e Construção Civil e Trabalhadores Rurais, a *Força Socialista*, pelos Sindibancários, e a *CUT pela Base*, pelo Sindicato dos Ferroviários. Apesar dessas divergências foi possível articular uma chapa de consenso para a direção estadual.

Acreditamos que a explicitação e o acirramento das discussões, no âmbito local, sejam relevantes na compreensão do descompasso entre o conteúdo ideológico do debate e as proposições do Congresso Nacional que, acima das diferentes concepções sindicais e políticas, avançaram no campo de organização e da institucionalização da Central.

O III CONCUR foi realizado em setembro de 1988, também se caracterizando por uma acirrada discussão interna. Mas o perfil da CUT, nesse ano, mostrava uma Central mais "institucional", onde o peso das categorias profissionais de assalariados de escritório e de classe média vinha aumentando. A marca da crescente institucionalização da CUT se refletia na alteração dos Estatutos que definiu os novos critérios de participação nos congressos: participação exclusiva de entidades filiadas, número de delegados proporcional ao número de sindicalizados e não ao número de trabalhadores na base territorial do sindicato, critério válido também para as oposições sindicais reconhecidas pelas CUTs estaduais. O peso das oposições sindicais ficou ainda mais reduzido com a inclusão, nos estatutos, de cláusula que vinculava a sua participação ao número de votos obtidos na última eleição de diretoria nos respectivos sindicatos.

Os dois grandes blocos que se confrontaram no decorrer do congresso foram: a *Articulação Sindical*, tendência majoritária, onde se alojava grande parte dos dirigentes sindicais. A visão da CUT, segundo esses dirigentes, era de uma coordenação sindical que, independente da retórica, atuava nos parâmetros da

economia de mercado e da ordem institucional; e as tendências mais esquerdizantes (entre elas *CUT pela Base e Convergência Socialista*) que reconheciam a Central como instrumento de luta para o socialismo.

Nesse ponto, a tese da *Articulação* afirma ser o *sindicato um instrumento de luta contra a exploração dos patrões*, mas, ao mesmo tempo, um instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho que se desenvolve dentro do sistema capitalista. O sindicato classista é o que atrai, mobiliza e organiza os assalariados em *oposição à classe burguesa*. Isso não significa assumir *um programa ou uma estratégia de luta pelo poder socialista, menos ainda adotar uma definição ideológica*.

O relatório do IV CECUT aborda apenas as questões referentes à prática sindical cutista, sinalizando uma maior sintonia com as preocupações que, apesar do fervor dos debates, predominaram no congresso nacional realizado no ano anterior. Não reproduz, portanto, o radicalismo dos debates durante o IV Congresso Regional Grande Vitória.

Destaca-se que, apesar dos avanços na estrutura física e operacional, a Central era uma *referência cada vez maior para os trabalhadores*, embora encontrasse dificuldade para acionar mecanismos de atuação coletiva e para melhorar o entrosamento da direção com as entidades filiadas, fatores esses que não favoreciam a consolidação da direção política das lutas sindicais.

As deficiências apontadas foram creditadas a algumas particularidades locais como a pequena base social e territorial dos sindicatos; às debilidades da direção sindical com poucos quadros e ainda assim, sem formação adequada; e ao corporativismo, ao vanguardismo e à persistência do assistencialismo que ainda permeavam a atuação dos sindicatos.

A ênfase recaiu nos mecanismos mais eficazes de ação sindical e na necessidade de melhor organização da infra-estrutura e do trabalho efetivo das secretarias e da direção estadual. O Plano de Trabalho previa, no âmbito nacional, a luta contra a política econômica do governo contra o pagamento da dívida externa e, no âmbito local, a luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais, campanhas salariais unificadas no setor público, unificação das datas-base e defesa de uma política de saúde pública. No que tange às tarefas de organização sindical uma das recomendações era *abrir discussão com as entidades cutistas para que se encaminhe a desativação do aparato assistencialista médico-odontológico-laboratorial*.

III.2.6. O V CECUT

O V CECUT ocorreu no período de 12 a 14 de julho de 1991, ano em que a CUT viveu o seu salto mais elevado de crescimento, conquistando mais 13 entidades ao seu quadro de filiados (Tabela 2), totalizando 40 entidades (11 rurais e 29 urbanas), envolvendo 503.512 trabalhadores de base e 184 mil sindicalizados. Participaram desse evento 246 delegados, representando 25 categorias e 33 sindicatos. Na pauta do congresso estavam os seguintes tópicos: Estrutura, Organização e Estatuto da CUT; Balanço Político e Organizativo da CUT (nacional e estadual); Estratégias da CUT; Conjuntura e Plano de Ação, Eleição da Direção Estadual e eleição dos delegados para o IV CONCURT.⁵⁰

Três teses foram apresentadas: CONSTRUIR A CUT COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE, PELA BASE E DEMOCRÁTICA, assinada pelos Sindicatos dos Trabalhadores da Ind. de Bebidas e Conexos, Correios e Telégrafos, Ferroviários e Têxteis; AVANÇAR, CONSOLIDAR E VENCER, assinada pelos Sindicatos Rurais,

⁵⁰Relatório Final do V CECUT, 1991.

pelos Eletricitários, Comerciairos e Metalúrgicos, e RETOMAR A INICIATIVA POLÍTICA E RETOMAR NO CENTRO DA OPOSIÇÃO A LUTA PARA DERROTAR O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO COLORIDA assinada pelo Sindprev, Sindibancários e Senalba.

Uma análise rápida do conteúdo das três teses revela muitos pontos comuns na abordagem da conjuntura estadual. Os aspectos destacados eram: o modelo de industrialização do Espírito Santo implantado com base nos grandes projetos industriais (CVRD, CST e Aracruz), o processo migratório, a concentração da propriedade da terra e o agravamento da questão ambiental. Em relação ao governo estadual, a ênfase recaía na sua particularidade de combinar práticas "neoliberalizantes" com os tradicionais métodos clientelistas e fisiologistas, o que se traduzia em compromisso com grandes empresas industriais, com empreiteiras, e numa suposta prática privatizante dos serviços públicos, cujas evidências seriam a reforma administrativa e a "falta de diálogo com o funcionalismo público".

No que se refere ao Balanço da CUT estadual, os signatários da tese "Construir a CUT...", em linha de oposição à tendência hegemônica na direção estadual e nacional, centraram suas críticas na decisão da Central de participar do pacto social e de suspender a greve geral programada para junho de 1990. Outro ponto de atrito era o suposto autoritarismo da direção estadual evidenciado na desativação da CUT Regional Grande Vitória em 1989. O equívoco, segundo essa facção, estava em "privilegiar o controle do aparelho e a disputa interna e não ampliar os canais democráticos de participação das massas na Central para enfrentarmos unidos o governo e os patrões".

As razões apresentadas para a dissolução da Regional Grande Vitória são várias. Em alguns depoimentos é ressaltada a disputa entre as tendências ideológicas presentes na composição da Central. Paulo Bubach, integrante da diretoria do

Sindicato dos Eletricitários, afirma que, *sem esgotar a discussão*, a aliança entre Articulação e Força Socialista possibilitou a aprovação da *dissolução da Regional*. Para Benedito da Silva, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da CUT/ES, *a regional quis atropelar a estadual*. Na avaliação de José Otávio Baioco, presidente da CUT/ES no período 91/94, a sede no mesmo município provocava uma disputa: *uma queria ser mais referência do que a outra*. Acrescentava-se a isso um componente de ordem financeira: a receita da Regional era maior do que a da Estadual, e o repasse de recursos entre as instâncias é sempre passível de ser utilizado como mecanismo de poder.⁵¹

Independente da disputa ideológica os números confirmam que, do ponto de vista organizativo, existia de fato uma superposição de organismos: dos 51 sindicatos filiados, 34 estavam localizados na Regional Grande Vitória (incluía-se aqui também o Sinticel, localizado em Aracruz). Em termos relativos isso representava 66,7% do universo total da CUT. O resultado dessa dupla representação de uma fatia tão expressiva na composição da Central, aliado às clivagens ideológicas, provocava dificuldades de operacionalização das propostas aprovadas nos congressos e alimentava uma contínua disputa de espaço político, cujo desfecho era a paralisia decisória e o conseqüente desgaste da Central.

Na tese "Avançar...", cujos signatários detinham a hegemonia na direção estadual, a avaliação da Central era positiva, com ênfase na ampliação da base de filiados e na participação em eventos sociais e políticos como: Dia Internacional da Mulher, Festa do Lavrador, Manifestação dos Sem Terra... etc. A extinção das regionais era justificada como demonstração de uma "visão ampliada e não corporativista do movimento sindical", tendo como objetivo uma "Central unitária na prática e na teoria".

⁵¹Entrevistas concedidas por Paulo Bubach e Benedito da Silva, durante o IV CONCURT, em 1991. A entrevista com José Otávio Baioco foi realizada em junho de 1993.

Na tese "Retomar a iniciativa...", o balanço político e organizativo da Central ressaltava a sua importância como principal referência para a organização e para as lutas dos trabalhadores brasileiros, mas apontava também as debilidades de infraestrutura e de articulação entre a direção e os sindicatos. Apesar do nível de "combatividade" havia muitas deficiências na direção política do movimento sindical. As divergências com a facção hegemônica eram, todavia, de natureza política: incidiam na condenação do envolvimento da CUT no entendimento nacional e no fato de a direção estadual não ter se posicionado claramente contra ele. (A plenária estadual apesar de não contar com "quorum" suficiente havia se posicionado contra o pacto social).

A tese "Avançar..." eleita tese guia das discussões, com pequenas alterações foi referendada como texto final do congresso. O Plano de Ação aprovado destacava 4 pontos: a unidade da ação envolvendo trabalhadores urbanos e rurais e a reestruturação das regionais Norte I e Norte II; a organização da Central sem reproduzir a estrutura sindical oficial e sem promover multiplicação das formas organizativas dentro da mesma empresa; exigências de dirigentes qualificados e competentes, (os "melhores quadros de suas respectivas categorias") sendo os ocupantes dos principais cargos na Executiva com dedicação integral à Central e "com compromisso de não concorrer às próximas eleições partidárias de 1992"; o Plano de Lutas e Estratégias, que incluía as seguintes propostas:

1º) combinar lutas específicas (campanhas salariais unificadas, por exemplo) com as mobilizações gerais, ultrapassando o âmbito do corporativismo em direção às lutas em prol dos interesses do conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo;

2º) fixar parâmetros para as políticas de abrangência nacional direcionadas para os níveis de emprego, salários, rendas e condições de vida (política educacional, de saúde, previdência etc.);

3º) avançar na articulação com os setores democráticos e populares visando a uma nova forma de hegemonia que incorpore na luta sindical a defesa da cidadania, do meio ambiente e da qualidade de vida, o combate aos preconceitos e o estímulo para novos padrões de comportamento;

4º) intensificar a organização de base e consolidar a estrutura organizativa da CUT, gerando as condições para viabilizar a proposta de um "Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado";

5º) promover a articulação política e orgânica com o movimento sindical internacional;

6º) lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa; 7º) lutar pela Reforma Agrária.

Três chapas concorreram à direção estadual, representando as principais facções políticas e ideológicas que se confrontaram no evento: *Articulação, Democracia Socialista e Força Socialista*. O resultado foi 59% para a primeira, 28% para a segunda e 11% para a terceira o que, segundo as regras estatutárias de distribuição de cargos da executiva proporcionalmente aos votos obtidos pelas chapas, significava, respectivamente, 07 cargos, dois e 01(um).

III.2.7. O VI CECUT

O VI CECUT realizou-se no período de 25 a 27 de março de 1994, no distrito de Santa Izabel, em Domingos Martins. Participaram do evento 212 delegados representantes de 37 entidades sindicais filiadas à CUT/ES e uma oposição sindical devidamente reconhecida. A pauta do congresso contemplava os seguintes temas: Conjuntura Nacional e Estadual; Temário do V CONCUR; Balanço e Plano de Ação

da CUT/ES; Eleição e Posse da Diretoria Estadual; e Eleição dos Delegados para o V CONCURTO.⁵²

A tese base do V CONCURTO foi discutida em grupos, sendo as questões polêmicas debatidas no plenário para posterior encaminhamento em forma de emendas ao evento nacional, que seria realizado entre 19 a 22 de maio do mesmo ano, em São Paulo. Para o âmbito local, foi aprovado um plano de ação para as secretarias (Imprensa e Comunicação, Finanças, Formação, Política Sindical e Trabalhadores Rurais) e eleita por aclamação a chapa apresentada para a Diretoria Estadual da CUT, durante o próximo triênio.

Durante o V CONCURTO, entre outros pontos, foi realizado um balanço da atuação da Central nos períodos de 1983/1993 e definidas a estratégia e a plataforma para os próximos anos. Reiterando a opção "de luta pela perspectiva socialista nos marcos de superação do capitalismo", a ação imediata proposta caminha no sentido de reformas estruturais que resgatem a "cidadania plena" e alicercem as bases da nova sociedade, através da formulação de "um projeto alternativo no campo democrático e popular". Na plataforma os pontos destacados foram: reestruturação produtiva com desenvolvimento econômico e social; reforma agrária; democratização do Estado; geração de emprego e distribuição de renda; democratização das relações de trabalho; democratização e controle social do sistema financeiro; políticas públicas; e modernização e controle democrático do Poder Judiciário.⁵³

E, por fim, o balanço geral das informações sobre os Congressos mostra que, nesse percurso de mais de dez anos de existência, a CUT caminhou no sentido de superar a perspectiva de movimento e se afirmar mais como organização sindical. Até 1988,

⁵²Ata do 6º Congresso - CUT/ES, 1994.

⁵³Resoluções, 5º Congresso Nacional da CUT, 1994.

participavam dos congressos, regionais e estaduais, sindicatos e associações filiadas bem como as simpatizantes, as oposições sindicais e as federações. Assim, a relação de entidades participantes e seus respectivos delegados e a composição das direções regionais e da direção estadual não refletiam a base de representatividade efetiva da Central.

O primeiro Congresso Estadual ficou marcado pela predominância das entidades e de delegados provenientes do setor rural, o que explica o espaço ocupado pela questão da terra nos debates e nas proposições finais. No setor urbano, a maioria das entidades participantes não era filiada e não possuía estatuto de sindicato. Nos congressos subseqüentes cresce a participação do setor urbano e, com a mudança no regimento em 1988, o IV CECUT, realizado no ano seguinte, já reflete a base efetiva da Central, somente agregando as oposições sindicais previamente reconhecidas pela direção estadual (Tabela 6).

A leitura das tabelas 7 e 8 mostra que, no primeiro CECUT, 55% das entidades sindicais eram do setor rural, totalizando 56,53 dos delegados presentes; no sexto CECUT esses números foram, respectivamente, 24% e 12%, indicando a mudança na composição da Central, com aumento da participação das entidades representativas dos trabalhadores do setor secundário e terciário. Quanto ao setor secundário, no primeiro CECUT sua representação correspondia a 15% das entidades e 16,33% dos delegados presentes; no sexto CECUT esses números foram, respectivamente, 24% e 26%. Quanto ao setor terciário, temos os seguintes números para o primeiro CECUT: 30% das entidades e 27,10% dos delegados; no sexto CECUT: 50% das entidades e 62% dos delegados.

A eleição da direção se processa durante o congresso Estadual - o momento de maior expressividade na existência da Central. Apesar de mais sindical em sua base efetiva, a composição da diretoria reflete mais o peso das tendências políticas e

ideológicas do que a posição estratégica das entidades na economia do estado, as respectivas bases de representação e a capacidade de mobilização, aqui avaliadas pelo número de sindicalizados. A distribuição de cargos nas diversas instâncias - Executiva, Conselho Fiscal e Direção Estadual -, pelos critérios definidos no estatuto da entidade, é proporcional aos votos obtidos pelas chapas concorrentes. A indicação dos nomes para as vagas na direção está, portanto, relacionado ao peso político de cada uma das tendências ideológicas que compõem a Central, e o preenchimento dos cargos na executiva expressa, somente em parte, a importância estratégica das entidades no movimento sindical estadual. A presença na executiva de diretores, provenientes dos sindicatos da construção civil, eletricitários, comerciários e rurais, reflete a hegemonia da tendência Articulação Sindical e a importância dessas categorias no processo de formação e consolidação da CUT estadual. Outra constatação possível na análise das listas de participantes é a fraca presença de mulheres como delegadas nos congressos e na composição da direção e da executiva estadual.

III.3. Desafios e Perspectivas

Alguns pontos de estrangulamento na atuação da CUT/ES são ressaltados nos relatórios finais dos congressos e no conteúdo das entrevistas realizadas: no aspecto organizativo (falta de recursos materiais e humanos, como assessorias especializadas) e no aspecto sindical e político (dificuldades em implementar lutas unificadas mais amplas). E como "alguns sindicatos são mais fortes do que a Central e agem de forma independente", as possibilidades de unificação das lutas e superação das demandas corporativas encontram maiores dificuldades para sua concretização. Mais difícil se torna ainda a integração entre movimento sindical e movimentos populares, uma proposta sempre incorporada nas proposições finais dos congressos.

Nesse rol de dificuldades, o refluxo do movimento sindical no campo merece um tratamento um pouco mais detalhado. Em geral, essa crise é relacionada a um conjunto de fatores resumidos a seguir:

1) a expansão da agro-indústria no estado tende a desestruturar as formas de produção fundadas na pequena propriedade e no sistema de parceria e, assim, promove alterações significativas no perfil dos trabalhadores rurais, aumentando o número dos Sem Terra e de assalariados. Essas transformações afetam a base de sustentação dos sindicatos e, por conseguinte, a sua participação em articulações mais abrangentes. Um sintoma dessas dificuldades foi o desmantelamento da CUT Regional Norte I e da Norte II;

2) a violência praticada contra as lideranças (assassinatos e outras formas de intimidação) dificulta a mobilização, a realização de reuniões e articulações;

3) as debilidades organizativas das entidades de trabalhadores rurais comprometem a atuação sindical no campo. Depoimentos de lideranças provenientes do setor rural apontam, como elementos relevantes na explicação dessa retração do sindicalismo rural, a falta de preparação dos diretores e a carência material das entidades. A escassez de recursos financeiros (para financiar o custo do deslocamento para os locais de realização das reuniões e congressos e para remunerar um substituto no trabalho da roça) tem sido decisiva na diminuição do número de representantes dos trabalhadores rurais nos congressos e em outros eventos sindicais e políticos. O despreparo dos dirigentes é atribuído à falta de conhecimentos específicos (gerência, orçamento, contabilidade, relações humanas, etc.) indispensáveis à administração do sindicato. Outra debilidade apontada é a falta de assessoria jurídica em quase 80% dos sindicatos rurais, e a dificuldade de exercer a fiscalização do cumprimento da legislação e dos acordos, até porque essas entidades nem sempre dispõem sequer de veículos de transporte;

4) as divergências entre os setores do movimento sindical rural e o movimento dos Sem Terra, acirradas a partir de 1988, repercutem no trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores do campo. Segundo o depoimento de um dirigente da FETAES, a questão da reforma agrária não está sendo tratada com o mesmo entusiasmo de tempos passados. Poucos são os assentamentos bem sucedidos, embora se reconheça que apresentam condições de vida superiores àquelas vividas pelos assalariados. A dificuldade de acompanhamento das famílias assentadas é responsável, em grande parte, pelo quadro de miséria que induz os seus integrantes a trabalhar como assalariados em outras propriedades. Na época da colheita do café é comum os fazendeiros irem "buscar pessoas no assentamento", como forma de escapar das obrigações trabalhistas.

Em 1993 a CUT, no decorrer da discussão do planejamento anual, realizou um levantamento dos principais problemas por ela enfrentados, agrupando-os da seguinte forma: 1) relação entre dirigentes e CUT, destacando a não prioridade do trabalho na Central; 2) relação entre os próprios dirigentes caracterizada pela falta de democracia nas decisões, o loteamento político dos cargos de direção e a sobreposição dos interesses de cada tendência; 3) ação sindical, onde predominam o imediatismo e a falta de coordenação das atividades desenvolvidas pela Central; 4) relação Sindicatos e CUT : os sindicatos têm vida própria, independente da Central, e se tornam uma "máquina de maior poder", permanecendo atrelados ao corporativismo e com medo de se distanciar de suas próprias bases; 5) estrutura da CUT: debilidade organizativa e financeira, e poucos quadros com capacidade técnico-político; 6) finanças: falta de uma política financeira e de organização mais sólida da secretaria de finanças.

Em suma, as dificuldades se resumem a dois tipos de problemas: um deles é a falta de uma estrutura técnico-organizacional suficiente para sustentar o acelerado crescimento da Central, ocorrido em curto espaço de tempo. Em outras palavras, a

profissionalização das atividades da Central é lenta diante do ritmo de seu movimento. O outro ponto é mais complicado, pois evidencia a dificuldade de relacionamento da cúpula organizativo-política, que é a Central, com as suas bases, os sindicatos. O enfrentamento dessa questão é mais complicado, pois demanda mudanças na estrutura sindical, no modelo corporativo de organização dos trabalhadores definido na CLT. Cabe lembrar que desde sua fundação a CUT tem como proposta essa mudança. O discurso contra a estrutura sindical oficial forneceu o eixo ideológico e influenciou na definição dos programas de trabalho e dos planos de luta que permitiram a afirmação de uma identidade ao sindicalismo cutista, caracterizado pela renovação, combatividade e rebeldia. Porém, a prática propriamente sindical promovia a aproximação com os sindicatos existentes.

A persistência do modelo corporativista, garantida pela sobrevida do arcabouço jurídico institucional que sustenta a organização sindical brasileira, não impediu os avanços, verificados na década e 80. A incorporação da estrutura sindical oficial serviu para evitar o confronto da CUT com federações e sindicatos poderosos do ponto de vista financeiro e político e excluiu desses espaços as outras centrais.

Como apreciação final do conjunto de informações relativas aos problemas enfrentados pela Central conclui-se que ela fornece um discurso, uma ideologia, um conjunto de diretrizes, mas tem dificuldades para atuar de forma orgânica nos diversos segmentos assalariados e também para enfrentar a postura estritamente corporativa dos sindicatos mais fortes. Os próprios congressos centram a discussão nas questões nacionais: pacto, entendimento social e crítica às políticas econômicas dos governos estadual e federal e, conseqüentemente, o discurso de oposição ao governo sobrepõe-se às questões estritamente sindicais. Na prática, sacramenta-se uma divisão do trabalho: os sindicatos e as federações tratam dos assuntos estritamente sindicais e a CUT se encarrega das atividades políticas, inclusive as de

maior expressividade, como atos públicos, greves gerais, presença nos parlamentos estaduais e nacional.

Diferentes da prática rotineira dos sindicatos e associações, os congressos e as plenárias são momentos de afirmação da Central frente aos outros organismos sindicais e à sociedade. A elaboração de teses, panfletos, cartazes, faixas, etc., e os discursos eloqüentes fazem parte de uma ritualização política que contribui para fortalecer a identidade coletiva dos participantes, mas nem sempre tem desdobramentos tão significativos no cotidiano da vida sindical, onde a agenda de eventos corporativos específicos prevalece sobre as resoluções e deliberações aprovadas em congressos.

A análise do conteúdo dos documentos de encontros, plenárias e congressos demarcam os temas predominantes no discurso cutista em várias esferas: sindical, sócio-econômica e política. No campo sindical, são eles: o contrato coletivo, a unificação de data-base de todos os assalariados, concepção e prática sindical, corporativismo versus lutas unificadas e solidárias, relação movimento sindical com os movimentos sociais, partidos políticos e movimento sindical internacional, cooperativa de serviços sindicais (gráfica, centro de formação sindical, etc.); no campo econômico e social são: novas tecnologias/automação/mercado de trabalho, reforma bancária, reforma agrária, nova ordem social e política, meio ambiente, saúde, educação e cultura - temas estes sintonizados com uma pauta sócio-econômica com vistas à modernização social do país, através das mudanças nas relações de trabalho, da justiça social e da preparação para o enfrentamento de questões relativas ao novo paradigma industrial. Trata-se de um discurso que tende à renovação das concepções e da agenda do sindicalismo brasileiro.

IV. AS GREVES NO ESPÍRITO SANTO

O ressurgimento do movimento sindical, na década de oitenta, não pode ser avaliado apenas na ótica das articulações e dos eventos que aglutinaram uma nova safra de lideranças provenientes do mundo do trabalho e dos chamados "movimentos populares". Esse período caracteriza-se, também, por um contínuo crescimento de greves envolvendo categorias e segmentos dos trabalhadores que jamais haviam vivenciado a experiência do confronto direto.

As explicações para o desencadeamento desse surto grevista, sem precedentes na história brasileira, não podem ser reduzidas às questões de ordem salarial (arrocho, atraso de pagamentos, reivindicações de aumentos reais, etc.). Outros fatores foram igualmente decisivos na retomada da prática do confronto direto, tais como: o elevado grau de desrespeito às leis trabalhistas e acordos coletivos, o descontentamento social e político.⁵⁴

Não pode ser menosprezada na explicação desse surto grevista ocorrido, no período, em quase todo o país, a democratização do processo político que permitiu a explosão das demandas represadas ao assegurar a liberdade de expressão e de associação. Em particular, no governo Sarney, a recusa ou a impossibilidade de se firmar um pacto social favoreceu a expressão política dos sindicalistas que optaram pelo confronto direto com os empregadores e o Estado. As tentativas de greves gerais no período tinham como objetivo principal o protesto contra as políticas de estabilização econômica do governo federal.

O levantamento incompleto e a análise, ainda superficial, das pautas de reivindicações das greves deflagradas no Espírito Santo, no período, revelam o peso

⁵⁴Cf. Noronha (1981).

das demandas econômicas e corporativas, incluindo-se aqui a questão salarial, (piso salarial, reajustes e aumentos reais, gratificações, etc.) e o não cumprimento das leis trabalhistas. No Estado, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostram que uma proporção significativa da população economicamente ativa sequer tinha "carteira assinada". O quadro das demandas recorrentes no desencadeamento de greves inclui a suspensão de demissões, plano de carreira, melhores condições de trabalho, redução da jornada e estabilidade no emprego.

As greves, por serem momentos de explicitação dos interesses corporativos e do descontentamento difuso em relação à conjuntura econômica e política, propiciam um terreno fértil para a afirmação e projeção de lideranças ou mesmo de tendências ideológicas no interior do movimento sindical do Espírito Santo. Nesse sentido, têm demonstrado mais eficiência do que a participação em mesas de negociação ou acordos políticos. Como ilustração desse processo pode-se mencionar a trajetória dos grupos de oposição sindical dos trabalhadores da construção civil, dos metalúrgicos e dos eletricitários que, após a condução de movimentos grevistas à revelia dos sindicatos, adquirem prestígio e legitimidade suficientes para lhes assegurar a vitória nas eleições sindicais. Nas categorias do setor público, as greves também constituem momentos privilegiados para a projeção de lideranças e, muitas vezes, são instrumentalizadas pelas tendências em disputa pelo controle da direção dos sindicatos.

No Espírito Santo, o surto grevista mantém estreita relação tanto com o acelerado processo de industrialização e urbanização verificado a partir de 70 quanto com a crise econômico-social da década seguinte. A concentração urbana e industrial potencializa as greves, pois aumenta a densidade social provocando o estreitamento das relações entre os segmentos assalariados sujeitos às exigências da empresa, onde as altas taxas de produtividade demandam aumento do ritmo e da intensidade do trabalho. Também, nesse período, os funcionários públicos começam a fortalecer

suas associações de classe e conquistam o direito de sindicalização e greve; a estabilidade no emprego, antes restrita aos estatutários, se generaliza nesse segmento. Outro elemento potencializador das greves de funcionários públicos tem sido a crise financeira dos Estados que, impossibilitados legalmente de enxugar a máquina administrativa, adotam uma política de restrição dos reajustes salariais.

Uma análise ainda superficial das greves ocorridas no Espírito Santo permite algumas conclusões:

1. A modernização econômica não produz necessariamente aumento do bem-estar social, mas favorece ao trabalhador a percepção das potencialidades para ampliar os ganhos salariais e melhorar as condições de trabalho. As greves têm ocorrido com maior frequência nas médias e grandes empresas localizadas nos setores mais dinâmicos da economia local. A exceção fica por conta do setor da construção civil que não integra esse agregado (empresas dinâmicas), mas é o ramo industrial com mais pessoas empregadas. Salários baixos, desrespeito aos direitos trabalhistas e extrema precariedade das condições de trabalho foram os fatores potencializadores das greves que envolveram essa categoria .

2. Observam-se padrões diferenciados no setor público e no privado quanto aos momentos de maior incidência do movimento grevista. No Brasil, no final da década de 70, as greves ressurgiram no setor privado e aí predominaram até meados da década de 80. Em 1987, sessenta por cento dos grevistas e oitenta por cento das jornadas perdidas localizavam-se no setor público (Noronha, 1981 p. 101). No Espírito Santo, de 1979 a 1981, somente encontramos registro de greves no setor privado (trabalhadores da construção civil, motoristas, e empresas metalúrgicas

isoladas) e de greves de médicos, empregados em unidades do setor público. Nos anos de 1983 e 1984 não encontramos informações sobre greves.⁵⁵

A predominância do setor público, neste Estado, já se manifesta em 1986, momento que marca efetivamente o início do surto grevista. As razões dessa marcante posição do setor público nos movimentos grevistas remetem a uma série de fatores, entre eles: a) as especificidades da economia local com destaque para o significativo setor de atividades ferro-portuárias desenvolvidas por empresas estatais; b) a presença de empresas do setor industrial voltadas para a produção de bens intermediários que só recentemente foram privatizadas; e a importância do poder público como empregador.

3. O movimento grevista no Espírito Santo atinge números expressivos a partir de 1986, totalizando 19 paralisações no setor público e 11 no privado (Tabela 14). Apesar de atingir categorias como os metalúrgicos, o volume de greves esteve concentrado nos assalariados de classe média (professores, médicos e bancários, etc.). A pesquisa de Eduardo Noronha sobre greves no Brasil detectava a retomada do movimento grevista em 1985, provavelmente exprimindo as demandas reprimidas no período de 1980 a 1984, quando os riscos do desemprego e do retrocesso político inibiram as posturas mais agressivas dos sindicalistas. Todavia, o sindicalismo brasileiro avança, nesse período, em termos organizativos com a criação de duas centrais sindicais - CUT e CGT. Essa mesma pesquisa detecta em 1986 o refluxo no conflito sindical, em parte devido aos efeitos do Plano Cruzado e à tentativa do ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, de incluir o pacto social ou entendimento nacional na agenda governamental. O congelamento de preços e a

⁵⁵ No plano nacional os dados revelam o refluxo no movimento grevista em 1981 e 1982, provavelmente promovido pela gravidade da recessão econômica e do desemprego e acontecimentos de ordem política - o caso Riocentro - que lançavam incertezas sobre o processo de abertura política. (Noronha, 1991).

escassez de mão-de-obra contribuía para, momentaneamente, manter o poder aquisitivo dos salários.

Em 1987, os dados gerais destacam a preponderância das greves no setor público, e com maior incidência nas categorias agrupadas em assalariados de classe média e trabalhadores de base em serviço (Noronha, 1991). Essa tendência também se verifica no Espírito Santo onde encontramos 29 greves no setor público e 10 no privado. Cabe observar que, no primeiro setor, predominam as greves de funcionários públicos federais e, no segundo, as greves dos assalariados da classe média e trabalhadores de base em serviços. O pico grevista estadual será atingido em 1989 quando se registram 100 greves, sendo 73 no setor público (principalmente de funcionários públicos federais) e 27 no setor privado. De 1990 a 1992 verifica-se certo refluxo nesse impulso grevista, registrando-se uma elevação em 1992, mas mantendo-se as tendências delineadas nos anos anteriores, ou seja, a sensível preponderância das greves no setor público. Conforme os dados da tabela 7, do total das greves no período 1979-1993, 74,08% ocorreram no setor público e 25,92% no setor privado, destacando-se a freqüência das greves em algumas categorias profissionais como professores, médicos, bancários, trabalhadores em escolas e estabelecimentos vinculados à saúde. No setor privado as maiores freqüências, no período em questão, estiveram na construção civil e nas indústrias urbanitárias, e entre os professores da rede particular e os trabalhadores do setor de transporte urbano.

A distribuição das greves no setor privado é a seguinte: 35% foram de trabalhadores industriais; 33% de assalariados de classe média e 33% de trabalhadores de base em serviços (Tabela 7), tendência esta que acompanha o quadro nacional greves.⁵⁶

⁵⁶Ver Noronha (1991) e Almeida (1981) e (1984).

4- Os dados sobre a amplitude das greves (Tabelas 8 e 9) indicam que no setor privado 56.5% das paralisações envolveram categorias de trabalhadores. Desagregando os dados por alguns segmentos, tem-se o seguinte quadro: 51.52% das greves dos trabalhadores industriais foram localizadas em uma empresa; 53.57% das greves dos assalariados de classe média e 74.19% dos trabalhadores de base em serviço abrangeram categorias profissionais.

No setor público as paralisações foram assim distribuídas: 21.59% no nível municipal; 24.24% no estadual; e 54.17% no federal. As greves localizadas somaram 55.68%, as por categoria 37.87% e as gerais 6.43%. As de funcionários de órgãos federais predominaram nas três modalidades, representando 42.18% das greves localizadas, 71.0% das greves por categorias e 58.82% das greves gerais.

No que diz respeito às greves gerais, três foram convocadas desde a fundação da CUT: a de 21 de julho de 1983 que fracassou nacionalmente; a de 12 de dezembro de 1986 contra o Plano Cruzado II; e a de 14 e 15 de março de 1989. Nas duas últimas, segundo informações da CUT, as adesões atingiram, respectivamente, 25 e 35 milhões (*De Fato*, n 1, 1993). No Espírito Santo, a greve geral de 1986 foi marcada pela realização de atos públicos, sem contar com adesões significativas. Na de 1989, apesar da precariedade das informações, a imprensa registrou importantes adesões no setor público e privado, e a ação ostensiva dos piquetes - fator responsável pelo fechamento da quase totalidade dos estabelecimentos comerciais em Vitória.

Por último, registramos que as informações sobre as greves realizadas no período são precárias, imprecisas e incompletas, não permitindo apurar a relação entre número de grevistas e total de trabalhadores, cálculo de horas perdidas e etc.. Outra informação ainda não apurada refere-se ao comando das greves: se liderada pela direção sindical ou realizada à revelia dela.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse artigo destacamos dois aspectos. Um deles aponta as dificuldades da ação coletiva na fase atual do desenvolvimento capitalista. Apesar da vitalidade do movimento sindical na década de oitenta, atestada pelo crescimento do número de entidades sindicais, de trabalhadores sindicalizados e de greves, e pela transformação dos dirigentes sindicais em atores destacados no cenário político, os indicadores sociais do Estado do Espírito Santo e do conjunto da Federação não recomendam muita comemoração. Não se pode negar a importância do período na conquista de novos direitos sociais e a sua universalização em praticamente todos os segmentos assalariados. A Constituição de 1988 consagrou um novo padrão de cidadania no mundo do trabalho como ápice das vitórias obtidas pelas organizações sindicais. A conclusão possível é: os direitos políticos e sociais não têm sido suficientes para a promoção de uma participação mais igualitária na renda nacional, um argumento que se fortalece frente à análise dos dados publicados recentemente pelo IBGE. O *Mapa do Mercado de trabalho* revela o grande contingente da população na condição de pobreza e desprotegido das garantias mínimas no mundo do trabalho, representadas pela carteira assinada e pela contribuição previdenciária.⁵⁷

O outro aspecto diz respeito à tentativa de explicação da hegemonia da CUT no movimento sindical estadual e nacional, fato, certamente, referido a um conjunto ampliado de fatores. Não parece haver dúvidas acerca de sua habilidade em aproveitar a disseminação de uma cultura oposicionista surgida no enfrentamento do regime militar e alimentada, nos momentos subsequentes do processo de democratização política do país, pelo insucesso de sucessivos planos econômicos. O confronto direto com a política econômica marca esses dez anos de existência da

⁵⁷No Espírito Santo, 1 em cada 10 trabalhadores no campo não tem carteira assinada e não contribui para a previdência; na cidade 7 em 10 têm carteira e 6 em 10 são contribuintes.

CUT. A Aliança Democrática que alavancou a Nova República e os seus desdobramentos posteriores - inclusive passando pelas eleições diretas para presidente e pela Constituinte - na avaliação da CUT, são todos episódios de uma "transição conservadora", um "projeto da burguesia" que, através de tentativas de pactos e entendimento, visam à solução para a crise, mas mantendo as linhas básicas do governo militar: arrocho salarial, demissões, inflação acelerada, juros altos, pagamento da dívida externa, política agrária em consonância com os interesses dos latifúndios e das grandes empresas.

No caso específico do Espírito Santo, a hegemonia da CUT é ainda mais expressiva pela tímida presença das centrais concorrentes. E como, atualmente, a CUT incorpora quase todos os grandes ou expressivos sindicatos, há poucos espaços livres importantes a serem ocupados, o que permite especulações acerca de possíveis disputas acirradas entre centrais sindicais para o controle das entidades mais estratégicas no movimento sindical.

Todavia, não parece residir aí o maior desafio a ser enfrentado pelo sindicalismo nesta década, e sim nas inovações técnicas e nas mudanças nas estratégias gerenciais. As conseqüências têm sido: aumento do desemprego, reforço da identificação e comprometimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa, e nova configuração organizacional produzida por uma série de inovações, entre elas a terceirização. Tanto as modalidades participativas quanto a terceirização abalam os padrões de solidariedade que sustentam as práticas sindicais: as primeiras porque, ao reforçarem a integração dos trabalhadores na empresa, potencializam os obstáculos às propostas de democratização das práticas sindicais por meio de formas descentralizadas de organização no local de trabalho; e a segunda porque pulveriza as categorias profissionais dificultando a articulação de interesses comuns e a constituição de identidades coletivas.

A maturidade das relações capitalistas se reflete tanto na configuração da cultura empresarial, na definição de novas de novas modalidades de gestão, quanto no formato sindical, este ainda de contornos não muito nítidos. O dilema do sindicalismo atual é: como conciliar a nova realidade do mundo do trabalho, que define um programa de atuação pautado pelos interesses estritamente sindicais, com a realização de uma vocação política, assumindo um projeto político de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.H.T. (1981). "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil" em *Dados* vol. 24, num. 02.

_____. (1984). "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança" em B. Sorj e M.H.T. Almeida (org.) *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo; Brasiliense.

Comissão Coordenadora do Relatório Estadual sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Espírito Santo*; Vitória, novembro, 1991.

CARDOSO, R. (1987). "Movimentos Sociais na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º3.

Central Única dos trabalhadores (CUT), (1984). *Primeiro Conclat: Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*; Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora.

_____. (1993). *De Fato*, ano 1, num. 1, agosto de 1993.

DOIMO, A. M. (1984). *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*; Petrópolis, Vozes.

_____. (1986). "Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade" em P. Krischke e S. Mainwaring (org.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*, Porto Alegre: L & PM e São Paulo: CEDEC.

_____. (1989) "Movimento de Luta Contra o Desemprego: A vivência de códigos ético-políticos e a mediação religiosa". 12.a Reunião Nacional da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988 (mimeo.)

DURHAN, E. (1984). "Movimentos Sociais: a Construção da Cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, nº1.

FASE (s/d). *Relatório da Pesquisa de Reconstrução da História das Lutas Operárias no Espírito Santo*, Vitória, mimeo.

GOHN, M. G. (1991): *CONAM, ANANPOS E PROCENTRAL dos Movimentos Populares: Três Formas de Organização da Cidadania e da Cultura Política*, ANPOCS.

IJSN (1992). *Mudanças Ocorridas na Distribuição de Renda e nas Condições de Vida da População do Espírito Santo na Década de 80*. Mimeo.

LOJKINE, J. (1990). *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Ed. Oficina de Livros.

MENEZES, C. e SARTI, I. (1991). *CONCLAT, 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Coleção ILDES, 3; Campinas, CARTGRAF.

NEP/DE/UFES (Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da UFES) (1993). *Identificação e Caracterização de Espaços Funcionais do Espírito Santo*" (versão provisória).

NORONHA, E.(1991)."A explosão das Greves na Década de 80" em Boito, A. (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra

ROCHA,H e MORANDI.A.(1991). *Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955/1985*. Vitória: Fundação Ciciliano Abel de Almeida.

RODRIGUES, I. J. (1993) *Perspectivas do Sindicalismo - CUT*, XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

RODRIGUES, L. M. (1990).*CUT: os militantes e a ideologia*, São Paulo; Ed. Paz e Terra.

_____.(1991)."As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais" em Boito, A. (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SEDES, (1992). "Perfil da Economia Capixaba".

SINDIMETAL, (1993). *Da Liga da Maria à Boca de Forno*, Revista do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Espírito Santo, 1993.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B.(1981) "Governos e Sindicatos no Brasil: A perspectiva dos Anos 80": in *Dados*, vol. 24, nº 2.

TOSI, A., COLBARI, A. & ALVES, W. B. A.(1994). *Sessenta Anos de História do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo*. Relatório de Pesquisa. UFES/SEEBES.

ANEXOS

Tabela 1: Sindicatos por Período de Fundação e Ramo de Atividade

SINDICATOS POR PERÍODO DE FUNDAÇÃO - ES									
Ano	Região	Rural	Indústria	Serviço/Comércio	Transporte	Prof. Liberal	Funcionalismo	TOTAL	Total GV + INT
1911 a 1920	G.V.				1			1	
	INT.								1
1921 a 1930	G.V.				1			1	
	INT.								2
1931 a 1940	G.V.		1	2	1			4	
	INT.								6
1941 a 1950	G.V.		3	1	1			5	
	INT.								11
1951 a 1960	G.V.		2	1	3	1		7	
	INT.		2					2	20
1961 a 1970	G.V.	1	2	4				7	
	INT.	20						20	47
1971 a 1980	G.V.	2	1	2	1			6	
	INT.	14						14	67
1981 a 1990	G.V.		4	11	2		5	22	
	INT.	2	6	3	2		6	19	108
1991 a 1993	G.V.			4				4	
	INT.		2				2	4	116
Sem Declaração	G.V.				2			2	
	INT.	7			1		1	9	127
Total Parcial	G.V.	3	13	25	12	1	5	59	
	INT.	43	10	3	3		9	68	-

Total Geral		46	23	28	15	1	14	127	-
-------------	--	----	----	----	----	---	----	-----	---

Legenda: G.V. - Grande Vitória; INT. – Interior

Fonte: DRT - ES

Tabela 2: Sindicatos Filiados à CUT/ES por Ano

SINDICATOS FILIADOS À CUT/ES POR ANO																
	ANO														Total	
	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	N.C.*	NR.	%
SETOR																
Rural	3	3	2			1							2	2	13	23,2
Industrial			1				3	1	2	5	1				13	23,2
Serviços		1					1		1	4	3	1	1		12	23,2
Funcionalismo			1				4	1		2	1	1	2		12	21,4
Finanças								1		1					2	3,6
Prof. Liberais			1					1							2	2,6
Transporte							1			1					2	2,6
Total de Func. no Ano	3	4	5			1	9	4	3	13	5	2	5	2	56	99,8
Total Acum. no Ano	3	7	12	12	12	13	22	26	29	42	47	49	54	56	56	

* Não Consta

FONTE: CUT - ES

Tabela 3: SINDICATOS POR Nº DE TRABALHADORES NA BASE, SEGUNDO CATEGORIA E REGIÃO

SINDICATOS POR Nº DE TRABALHADORES NA BASE, SEGUNDO CATEGORIA E REGIÃO								
Número de Associados	Região	Rural	Indústria	Serviço/ Comércio	Trans-porte	Prof. Liberal	Funcionalismo	TOTAL
Até 50	G.V.							
	INT.							
De 51 a 100	G.V.							
	INT.							
De 101 a 500	G.V.						3	3
	INT.						1	1
De 501 a 1000	G.V.		1	2		1	1	5
	INT.							
De 1001 a 2000	G.V.		1	4	1			6
	INT.		2					2
De 2001 a 5000	G.V.		2	1			3	6
	INT.	3		1				4
De 5001 a 10000	G.V.		1	3	1	1	3	9
	INT.	2	1					3
De 10001 a 50000	G.V.		3	1			1	5
	INT.	7						7
Mais de 50000	G.V.			1				1
	INT.							
Sem Declaração	G.V.			1			1	2
	INT.	1	1					2
Total Parcial	G.V.		8	13	2	2	12	37
	INT.	13	4	1			1	19
Total Geral		13	12	14	2	2	13	56

Legenda: G.V.- Grande Vitória; INT. – Interior.
Fonte: CUT - ES

Tabela 4: SINDICATOS POR N° DE ASSOCIADOS, SEGUNDO CATEGORIA E REGIÃO

SINDICATOS POR N° DE ASSOCIADOS, SEGUNDO CATEGORIA E REGIÃO								
Número de Associados	Região	Rural	Indústria	Serviço/ Comércio	Transporte	Prof. Liberal	Funcionalismo	TOTAL
Até 50	G.V./INT							
De 51 a 100	G.V./INT							
De 101 a 500	G.V.			3			1	4
	INT.	2	1					3
De 501 a 1000	G.V.		2	3	1	1	3	10
	INT.	1					1	2
De 1001 a 2000	G.V.		3	2			2	7
	INT.	3	2	1				6
De 2001 a 5000	G.V.		1	2		1	4	8
	INT.	2						2
De 5001 a 10000	G.V.		2		1			3
	INT.	3						3
De 10001 a 50000	G.V.			2			1	3
	INT.	1						1
Mais de 50000	G.V.?INT							
Sem Declaração	G.V.			1			1	2
	INT.	1	1					2
Total Parcial	G.V.		8	13	2	2	12	37
	INT.	13	4	1			1	19
Total Geral		13	12	14	2	2	13	56

Legenda: G.V. - Grande Vitória; INT. – Interior.

Fonte: CUT - ES

Tabela 5: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA BASE (TB) E ASSOCIADOS (TA) NA PEA SETORIAL DE 1989

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA BASE (TB) E ASSOCIADOS (TA) NA PEA SETORIAL DE 1989						
SETORES	PEA	TB	TB/PEA (%)	TA	TA/TB (%)	TA/PEA (%)
Primário	365193	178800	48,8	54333	30,4	14,8
Secundário	186555	105427	56,5	27737	26,3	14,8
Terciário	499443	179801	36,0	68439	30,1	13,7
TOTAL	1051191	467028	44,4	150509	32,2	14,3

FONTE: PEA - Anuário Estatístico do Espírito Santo - 1993
TB e TA - CUT/ES

Tabela 6: ENTIDADES PARTICIPANTES DOS CECUTs, POR ANO DE REALIZAÇÃO

ENTIDADES PARTICIPANTES DOS CECUTs								
Ano	Associação		Sindicato		Op. Sindical		Total Geral	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1985	5	15	23	70	5	15	33	100
1986	-	-	-	-	-	-	-	-
1987	5	16	25	78	2	6	32	100
1989	7	23	23	77	-	-	30	100
1991	3	9	31	91	-	-	34	100
1993	0	0	37	95	1	5	38	100

OBS: Incluídas as Federações na Modalidade Sindicato.
Fonte: CUT-ES

Tabela 7: ENTIDADES PARTICIPANTES DOS CONGRESSOS DA CUT-ES POR SETORES

ENTIDADES PARTICIPANTES DOS CONGRESSOS DA CUT-ES POR SETORES										
	1º CECUT		3º CECUT		4º CECUT		5º CECUT		6º CECUT	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rural	18	55	13	41	11	37	10	29	10	26
Industrial	5	15	7	22	5	17	9	26	9	24
Transporte	1	3	1	3	1	3	1	3	2	5
Serviço/ Finança	5	15	7	22	4	13	8	24	10	26
Funcionalismo	1	3	3	9	6	20	5	15	5	13
Profissional Liberal	3	9	1	3	3	10	1	3	2	5
TOTAL	33	100	32	100	30	100	34	100	38	99

OBS: Não Encontramos as Informações Referentes ao 2º CECUT.

Fonte: CUT-ES

Tabela 8: DELEGADOS PARTICIPANTES DOS CECUTs, POR SETOR ECONÔMICO

DELEGADOS PARTICIPANTES DOS CECUTs, POR SETOR ECONÔMICO										
	1º CECUT		3º CECUT		4º CECUT		5º CECUT		6º CECUT	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rural	173	56,5	165	58,5	89	26,5	55	22,2	25	12,1
Industrial	50	16,3	27	9,6	41	12,2	73	29,4	52	26,3
Transporte	2	0,7	8	2,8	42	12,5	20	8,1	19	9,6
Serviço/ Finança	47	15,4	64	22,7	66	19,6	67	27,0	50	25,3
Funcionalismo	11	3,6	17	6,0	81	24,1	29	11,7	51	25,8
Profissional Liberal	23	7,51	1	0,4	17	5,1	4	1,6	2	1,0
TOTAL	306	100,0	282	100,0	336	100,0	248	100,0	199*	100,0

OBS: Não Encontramos as Informações Referentes ao 2º CECUT.

*O total de delegados presentes foi de 212, incluindo-se os 13 delegados da CUT/ES.

Fonte: CUT/ES.

Tabela 9: DELEGADOS PARTICIPANTES DOS SECUTs POR SETORES E SEXO

DELEGADOS PARTICIPANTES DOS SECUTs POR SETORES E SEXO															
	1º CECUT			3º CECUT			4º CECUT			5º CECUT			6º CECUT*		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Rural	157	16	173	156	9	165	83	6	89	52	3	55	22	3	25
Industrial	45	5	50	27		27	30	11	41	61	12	73	44	8	52
Transporte	2		2	8		8	41	1	42	19	1	20	17	2	19
Serviço/ Finança	19	28	47	36	28	64	57	9	66	54	13	67	42	8	50
Funcionalismo	3	8	11	6	11	17	67	14	81	20	9	29	21	30	51
Profissional Liberal	17	6	23	1	1	1	16	1	17	4		4	1	1	2
TOTAL	243	63	306	234	49	282	294	42	336	210	38	248	147	52	199

OBS: Não Encontramos as Informações Referentes ao 2º CECUT.

LEGENDA : H(Homem) M(Mulher) T(Total)

Fonte: CUT-ES

Tabela 10: DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL POR SETOR

DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL POR SETOR							
Ano	Rural		Indústria		Serviço		Total
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
1985	3	30	3	30	4	40	10
1986	4	29	6	42	4	29	14
1987	5	42	3	25	4	33	12
1989	5	29	4	23	8	48	17
1991	8	48	5	29	4	23	17
1994	2	12	8	18	12	70	17

OBS: Profissionais Liberais e Ferroviários incluídos em SERVIÇO

Fonte: CUT-ES

Tabela 11: DIREÇÃO ESTADUAL DA CUT, POR SETOR E SITUAÇÃO NA DIREÇÃO

DIREÇÃO ESTADUAL DA CUT, POR SETOR E SITUAÇÃO NA DIREÇÃO									
Ano	Rural		Indústria		Serviço		Funcionalismo		TOTAL
	Efetivo	Suplente	Efetivo	Suplente	Efetivo	Suplente	Efetivo	Suplente	GERAL
1985	13	12	2	2	6	5	-	-	40
1986	8	10	6	5	7	6	-	-	42
1987	10	12	5	3	3	3	1	-	37
1989	3	7	2	2	5	6	-	-	25
1991	2	-	2	4	6	9	-	1	24
1994	2	2	1	6	3	4	4	3	25

LEGENDA: E – Efetivo; S - Suplente

OBS: Psicólogos, Engenheiros e Ferroviários incluídos em SERVIÇO

Fonte: CUT-ES

Tabela 12: DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL, POR SEXO

DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL, POR SEXO							
Ano	Executiva		Con. Fiscal		Total		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	GERAL
1985	4	1	4	1	8	2	10
1986	8	4	1	1	12	2	14
1987	9	-	3	-	12	-	12
1989	7	4	5	1	12	5	17
1991	7	4	4	2	11	6	17
1994	8	3	4	2	12	5	17

LEGENDA: H – Homens; M – Mulheres

Fonte: CUT-ES

Tabela 13: COMPOSIÇÃO DE DIREÇÃO ESTADUAL DA CUT (EFETIVO E SUPLENTE), POR SEXO

COMPOSIÇÃO DE DIREÇÃO ESTADUAL DA CUT (EFETIVO E SUPLENTE), POR SEXO							
Ano	Executiva		Suplentes		Total		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	GERAL
1985	16	4	14	6	30	10	40
1986	18	3	18	3	36	6	42
1987	18	1	15	3	33	4	37
1989	8	2	14	1	22	3	25
1991	9	1	10	4	19	5	24
1994	6	4	11	4	17	8	25

LEGENDA: H – Homens; M – Mulheres.

Fonte: CUT-ES

Tabela 14: GREVES POR CATEGORIA SELECIONADAS POR GRANDES SETORES E ANO DE REALIZAÇÃO

GREVES POR CATEGORIA SELECIONADAS POR GRANDES SETORES E ANO DE REALIZAÇÃO																																
	1979 - 1993				1979				1980				1981				1982				1983				1984				1985			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
TRAB. INDÚSTRIA	22	32		54																												
Metalúrgicos		7		7																												
Construção Civil		12		12	1		1		3		3		1		1																	
Químicos																																
Alimentação		6		6																												
Urbanitários	10	2		12																												
Outros	12	5		17																												
ASSAL. CLASSE MÉDIA	178	30		208																												
Servidores Públicos	67			67																												
Professores	33	10		43																												
Médicos	11	2		13													1		1										1			1
Bancários	22	7		29																												
Greve Geral Serv. (1)	29			29																												
Outros	16	11		27																												
TRAB. BASE EM SERVIÇOS	63	30		93																												
Motoristas	3	18		21									1		1														2			2
Comerciários	1	1		1																												
Func. estab. saúde	9	2		11																												
Func. escolas, univ. (2)	5			5																									1			1
Correios	2			2																												
Outros	43	6		49																												
OUTROS SEM INFORM.																																
TOTAL	263	92		355	1		1		3		3		2		2		1		1										2	2		4

OBS: Os dados sobre 1993 referem-se apenas ao primeiro trimestre.

LEGENDA: A – PÚBLICO; B – PRIVADO; C - SEM INFORM.; D - TOTAL

NOTAS:

1 - Greves de servidores públicos municipais, estaduais e federais.

2 - Greves só de funcionários de escolas e universidades.

3 - Greves localizadas de ministérios, secretarias e fundações.

FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

NOTAS:

- 1 - Greves de servidores públicos municipais, estaduais e federais.
- 2 - Greves só de funcionários de escolas e universidades.
- 3 - Greves localizadas de ministérios, secretarias e fundações.

FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

Tabela 15: Greves no Espírito Santo por Setores

Greves no Espírito Santo por Setores							
	1979 - 1993			3		4	
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Público	Privado
TRABALHADORES INDÚSTRIA	22	32	54	8,4	34,8	40,8	59,2
Metalúrgicos		7	7	-	7,6	-	100,0
Construção Civil		12	12	-	13,0	-	100,0
Químicos				-	-	-	-
Alimentação		6	6	-	6,5	-	100,0
Urbanitários	10	2	12	3,8	2,2	83,3	16,7
Outros	12	5	17	4,6	5,4	70,6	29,4
ASSALARIADOS CLASSE MÉDIA	178	30	208	67,7	32,6	85,6	14,4
Servidores Públicos	67		67	25,5	-	100,0	-
Professores	33	10	43	15,6	10,9	76,7	2,3
Médicos	11	2	13	4,2	2,2	84,6	15,4
Bancários	22	7	29	8,4	7,6	75,9	24,1
Greve Geral Serv. (1)	29		29	11,0	-	100,0	-
Outros	16	11	27	6,1	12,0	59,3	40,7
TRABALHADORES BASE EM SERVIÇOS	63	30	93	23,9	32,6	67,7	32,3
Motoristas	3	18	21	1,1	19,6	14,3	85,7
Comerciários	1	1	1	0,4	4,4	20,0	80,0
Func. estab. saúde	9	2	11	3,4	2,2	81,8	18,2
Func. escolas, univ. (2)	5		5	1,9	-	100,0	-
Correios	2		2	0,8	-	100,0	-
Outros	43	6	49	16,4	6,5	87,8	12,2
OUTROS SEM INFORMAÇÕES				-	-	.(5)	-
TOTAL	263	92	355	100,0	100,0	74,1	25,9

OBS: Os dados sobre 1993 referem-se apenas ao primeiro trimestre.

NOTAS:

- 1 - Greves de servidores públicos municipais, estaduais e federais.
- 2 - Greves só de funcionários de escolas e universidades.
- 3 - Participação relativa de cada categoria no total de greves dos setores privado e público (linha vertical).
- 4 - Participação relativa dos setores públicos e privados no total de greves por categoria (linha horizontal).
- 5 - Participação do total de greves (setor público e privado) no total geral.

FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

Tabela 16: GREVES NO SETOR PRIVADO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) E POR AGRUPAMENTOS PROFISSIONAIS, DE 1979 A 1993

GREVES NO SETOR PRIVADO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) DE 1979 A 1993								
	T.I.		ACM		TBS		TOT.	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Uma Empresa	17	51,5	9	32,1	7	22,6	33	35,9
Grupo de Empresas	2	6,1	4	14,3	1	3,2	7	7,6
Categoria	14	42,4	15	53,6	23	74,3	52	56,5
TOTAL	33	100,0	28	100,0	31	100,0	92	100,0

LEGENDA: T.I. - Trabalhador Assalariado; A.C.M. - Assalariado Classe Média; T.B.S. - Trabalhador de Base em Serviço.

FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

Tabela 17: GREVES NO SETOR PRIVADO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS), POR AGRUPAMENTOS PROFISSIONAIS, DE 1979 A 1993

GREVES NO SETOR PRIVADO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) DE 1979 A 1993								
	T.I.		A.C.M.		T.B.S.		TOTAL	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Uma Empresa	17	51,5	9	27,3	7	21,2	33	100,0
Grupo de Empresas	2	28,6	4	57,1	1	14,3	7	100,0
Categoria	14	26,9	15	28,9	23	44,2	52	100,0

LEGENDA: T.I. - Trabalhador Assalariado; A.C.M. - Assalariado Classe Média; T.B.S. - Trabalhador de Base em Serviço.

FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

Tabela 18: GREVES NO SETOR PÚBLICO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) DE 1979 A 1993.

GREVES NO SETOR PÚBLICO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) DE 1979 A 1993.						
	Municipal		Estadual		Federal	
	Nr	%	Nr	%	Nr	%
Localizada	45	78,9	40	62,5	62	43,4
Categoria	10	17,5	19	29,7	71	49,7
Geral	2	3,5	5	7,8	10	7,0
TOTAL	57	100,0	64	100,0	143	100,0

LEGENDA: T.I. - Trabalhador Assalariado; A.C.M. - Assalariado Classe Média; T.B.S. - Trabalhador de Base em Serviço.
 FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta

Tabela 19: GREVES NO SETOR PÚBLICO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) E POR NÍVEL DE GOVERNO DE 1979 A 1993

GREVES NO SETOR PÚBLICO POR AMPLITUDE (Nº RELATIVOS) DE 1979 A 1993								
	Municipal		Estadual		Federal		TOTAL	
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%
Localizada	45	30,6	40	27,2	62	42,2	147	100,0
Categoria	10	10,0	19	19,0	71	71,0	100	100,0
Geral	2	11,8	5	29,4	10	58,5	17	100,0

LEGENDA: T.I. - Trabalhador Assalariado; A.C.M. - Assalariado Classe Média; T.B.S. - Trabalhador de Base em Serviço.
 FONTE: DIEESE, DRT-ES, Jornal A Gazeta